

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 498
21 de Julho de 1983

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Carlos Brito faz o balanço de 45 dias de Assembleia:

«Nestes 45 dias de funcionamento da Assembleia da República o governo PS/PSD e a coligação parlamentar empenharam-se em adquirir instrumentos para prosseguir, consolidar e até agravar a política da "AD". O que o governo PS/PSD pretende é abrir caminho à reconstrução dos monopólios, dos grupos financeiros que, como é sabido, dominaram o nosso país durante meio século e geraram a ditadura fascista».

Pág. 6

REFORMA AGRÁRIA

BALANÇO DO PASSADO VOLTADO PARA O FUTURO

A 7.ª Conferência da Reforma Agrária reúne-se no próximo fim-de-semana em Évora. No Suplemento, entrevista com Mário Murteira



LISNAVE: REPRESSÃO CONTRA OS TRABALHADORES

O governo Mário Soares/Mota Pinto prossegue a sua escalada antidemocrática e antipopular: com monstruoso aparato policial os estaleiros da Lisnave foram ocupados a semana passada em resposta à justa luta dos trabalhadores com salários em atraso e que se batem contra as operações que visam devolver a empresa ao capital monopolista - Pág. 3

SEMANA

13

Quarta-feira

Os representantes dos pescadores afirmam em conferência de imprensa que «se até ao fim do mês corrente o Governo não provar o seu interesse efectivo numa séria reconversão da frota» avançarão com medidas de luta que podem ir «até ao fecho da fronteira do Guadiana» ■ A 7.ª Conferência da Reforma Agrária vai apresentar propostas de política agrícola alternativa à política do actual Governo, anunciam representantes da comissão organizadora ■ O Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian é apresentado à imprensa; a abertura ao público é no dia 26 ■ Mário Soares afirma que não pode aceitar o convite para visitar a Nicarágua no 4.º aniversário da revolução sandinista devido aos seus muitos afazeres ■ O ministro soviético Andrei Gromyko recebe uma delegação da OLP a quem afirma o apoio da URSS à justa causa árabe ■ A Câmara dos Comuns vota contra o restabelecimento da pena de morte na Grã-Bretanha proposta por Margaret Thatcher.

14

Quinta-feira



Ocupação da Lisnave

Por ordem do Governo de Mário Soares a Lisnave é ocupada por um forte dispositivo policial e todos os acessos ao concelho de Almada controlados pela PSP e GNR; esta a primeira resposta governamental às exigências dos trabalhadores em receberem os salários em atraso ■ Portugal assina um contrato de empréstimo de um milhão de contos à República Popular de Moçambique ■ A greve da RN é suspensa devido a um acordo de princípio entre os representantes dos trabalhadores e a gerência para um aumento salarial de 19 por cento ■ Terminam em Genebra as conversações entre os EUA e a URSS, estando o seu reinício marcado para Setembro ■ A RFA restringe os direitos de manifestação no país, sobretudo no que se refere a manifestações pacíficas ■ O Senado dos EUA aprova o financiamento para a produção de armas químicas pedidas por Reagan.

15

Sexta-feira

Os trabalhadores da Lisnave, familiares e o povo do concelho de Almada manifestam-se na margem sul exigindo o direito ao trabalho e repudiando a acção repressiva do Governo PS/PPD ■ A Assembleia da República encerra sessão legislativa ■ A Anop anuncia que Ramalho Eanes visitará brevemente os EUA ■ A APU divulga no Porto um comunicado acusando a Câmara local de pretender aumentar o preço da luz cinco vezes mais ■ O Banco Central do Brasil declara falência técnica por não poder pagar uma dívida de 400 milhões de dólares ao Banco de Pagamentos Internacionais ■ A OLP pede a intervenção do Conselho de Segurança da ONU para impedir o agravamento da situação na Margem Ocidental do Jordão ocupada por Israel.

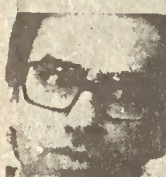
16

Sábado

Representantes dos trabalhadores da Lisnave e da administração da empresa prosseguiram as negociações iniciadas ontem, com vista à obtenção de um acordo que permita retomar a laboração ■ Maratona de 24 horas na Assembleia da República. O Governo fez aprovar vários diplomas, nomeadamente a proposta de lei que permite legislar sobre o regime de suspensão temporária do contrato de trabalho, e ainda propostas de lei sobre a organização e funcionamento do Conselho de Comunicação Social e a adesão ao Banco Africano de desenvolvimento, entre outras ■ Conferência de Madrid aprovou documento final, fechando os trabalhos, que se prolongam há dois anos e dez meses ■ Os EUA votaram contra uma declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas que condenava as medidas repressivas de Israel nos territórios árabes ocupados.

17

Domingo



Alfonso Guerra

Em oito instituições financeiras portuguesas foram feitos depósitos num valor global superior a um bilião e cem milhões de contos — estes dados, de um estudo elaborado pela CGTP-IN mostram o grande poder da banca e alertam para as consequências da abertura da banca ao capital privado ■ Portugueses protestam contra aumento de tarifas de electricidade ■ No primeiro semestre, a inflação em Portugal ultrapassou os 20 por cento ■ O vice-primeiro-ministro espanhol, Alfonso Guerra, defendeu a retirada da Espanha da NATO, em entrevista publicada no jornal «El País» ■ O governo grego reclamou o direito de decidir sobre o armamento nuclear actualmente existente nas bases norte-americanas ■ Os principais pontos a abordar durante a cimeira dos chefes de Estado membros do Grupo de Contadora são a retirada de todos os conselheiros militares, o controlo dos armamentos e o fim do tráfico de armas na América Central.

18

Segunda-feira



O regresso de Kissinger

Encontra-se em Portugal uma delegação do FMI para negociar os termos de um empréstimo de 300 milhões de contos. Entre as medidas a negociar com o Governo português, condicionando tal empréstimo, estão novas restrições ao crédito e maior contenção das despesas públicas ■ Iniciam-se hoje, prolongando-se até dia 23, negociações sobre acordo da base das Lajes ■ Encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e o embaixador itinerante dos EUA, Walters, sobre a importância do papel de Portugal na África Austral ■ Acordada em Madrid a realização de uma Conferência sobre o Desarmamento na Europa, em Janeiro de 1984, em Estocolmo ■ A Federação de Madrid do Partido Socialista Operário Espanhol aprovou por unanimidade uma proposta contra a presença da Espanha na NATO ■ O presidente Reagan anuncia, em discurso profundamente anticomunista, a criação de uma comissão para a América Central, presidida por Henry Kissinger.

19

Terça-feira

Prossegue em Lisboa as conversações duma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI) com o Governo português, com vista à concessão dum empréstimo de 300 milhões de dólares. As autoridades portuguesas têm também em «agenda» um outro empréstimo do FMI, suplementar, na ordem dos 100 milhões de dólares ■ A Nicarágua comemora o 4.º aniversário da vitória sobre a ditadura de Somoza. O programa das comemorações inicia-se na cidade de Leon, primeiro território libertado e capital da Revolução, com milhares de nicaraguenses nas ruas de Leon, festejando a efeméride.

Editorial

A CARA DE CLASSE DO GOVERNO PS/PSD

A abordagem responsável da situação portuguesa actual, marcada por um sensível agravamento da luta de classes, sugere algumas considerações breves e algumas elementares prevenções.

Antes de mais, numa apreciação de conjuntura, devemos estar vigilantes contra deduções e generalizações fáceis, contra conclusões apressadas e falhas de objectividade, contra analogias deslocadas.

No entanto, a luta de classes não é uma figura de retórica.

Quer se queira ou não, quer se concorde ou não com o conceito, é uma realidade objectiva do desenvolvimento social, um facto verificável ao longo da nossa mexida história nacional, como ao longo da história de todos os povos.

O súbito agravamento da luta de classes em Portugal, numa conjuntura de crise generalizada e aguda, com a bizarra particularidade de processar-se sob um governo de coligação de direcção socialista, abertamente empenhado com os dirigentes máximos do PS num projecto de direita é a resultante de uma aberração ideológica e de uma solução política claramente contrária à vontade expressa do Povo português.

A política deste governo, que é ela própria uma forma de luta de classes, defronta cada vez mais e compreensivelmente a firme resistência e a oposição dos trabalhadores e de outras vastas camadas populares.

O actual surto da luta de classes entre nós, obedecendo às leis gerais, tem contudo, a marcá-la particularidades económicas, sociais e políticas singulares num processo de luta complexo e original.

A agudização dos confrontos sociais que caracteriza o momento político português actual é um facto comprovado e adquirido.

Além de causas que radicam na exasperação da crise geral do sistema capitalista mundial, o que presentemente se passa entre nós é uma consequência directa da nova ofensiva do capital monopolista português e estrangeiro contra as conquistas fundamentais de Abril, friamente preparada e desencadeada pela nova equipa governante.

Pontualmente, resulta de um novo impulso da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, retomada em força pelo Governo Soares/Mota Pinto numa linha de continuidade da contra-revolução legislativa, encaetada em 76 pelo governo PS sozinho aliado à direita, e da política de desastre nacional praticada e estrondosamente falida durante os últimos três anos sob a direcção da defunta «AD».

No momento actual a luta de classes trava-se entre nós numa escala muito vasta, em formas diversificadas, das mais abertas às mais subtis.

Exprime-se, naturalmente, com mais agudeza nas relações capital/trabalho: com o recrudescimento do desemprego, o flagelo dos salários em atraso e a insegurança no trabalho; com a subida em flecha do custo de vida e a correlativa queda do poder de compra dos trabalhadores; com a injusta repartição do produto social e o agravamento da miséria operária sobre que se intensifica a acumulação capitalista; com a crescente introdução de métodos repressivos e arbitrários, da repressão patronal e estatal, de atropelos à legalidade democrática.

Os acontecimentos da Lisnave pela sua natureza e gravidade são reveladores da verdadeira cara de classe deste Governo Mário Soares/Mota Pinto alinhado à direita e dos seus propósitos.

A trabalhadores a quem a fome começa a invadir os lares, a quem não se pagam os salários há mais de 3 meses num montante superior a 600 mil contos e que apesar disso numa luta firme, combativa, unida, tentam uma solução negociada para os seus agudos problemas com a administração da empresa — uma empresa onde, reconduzidos pelo governo PS sozinho ainda pontificam os Melos, mesmo como accionistas minoritários —, a tudo isso a resposta do Governo foi o aparato repressivo da ocupação das instalações pela PI e a GNR, e a tentativa de impor soluções de força que encheram de indignação os trabalhadores.

E a trabalhadores com este timbre, entre os quais se encontram numerosos socialistas, se referiu o ministro «socialista» da Administração Interna de maneira vergonhosa dizendo que «ainda viriam a ter saudades do Ângelo Correia»!

O diferendo parece agora estar em vias de solução. A luta dos trabalhadores da Lisnave, como dos da Setenave, da Parry e de todo o sector de construção naval é a única garantia possível de que a ofensiva dos Melos será rechaçada, de que os postos de trabalho serão defendidos, de que o emprego e os salários serão assegurados.

Será com repressão e ameaças que o Governo de Mário Soares vai continuar a responder às exigências de mais de 100 000 trabalhadores com os salários em atraso que ascendem a cerca de 5 milhões de contos?

Será com os bastões e as violências da PI e da GNR que Soares vai continuar a responder às reivindicações vitais dos trabalhadores, à sua luta firme pela elevação das suas condições de vida?

Será que este Governo que tão lestemamente mobilizou a PI e a GNR para «repor a legalidade» na Lisnave continuará a não levantar um dedo para repor a legalidade nas terras martirizadas da Reforma Agrária, como é salientado pelo Secretariado das UCP's/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo?

O agravamento da luta de classes exprime-se também noutros planos: no estrangulamento económico e financeiro da pequena e média exploração agrícola e industrial, do pequeno comércio; no aumento da carga fiscal sobre as classes e camadas de recursos mais modestos.

A brutal subida do custo dos factores de produção na agricultura (do gasóleo, dos adubos, das rações para animais, dos transportes) sem nenhuma compensação séria ao nível dos preços ao produtor, é um claro indicio da política de classe do actual Governo, do seu desprezo pelos que trabalham a terra, da sua protecção aos absentistas, aos grandes proprietários que deixam as terras ao abandono, aos grandes intermediários e especuladores do mercado agrícola e pecuário.

Os agricultores de Pombal que às centenas protestam nas ruas contra os aumentos de custo dos factores de produção, exigindo preços justos para os seus produtos; as reivindicações dos pequenos e médios agricultores do Vale do Sado de preço justo para o tomate assim como dos produtores de carne no distrito de Santarém que se recusam a comercializar as reses nas actuais condições de abate e transporte, mostram, também aqui, que a luta e só a luta pode obrigar o Governo de Soares a recuar na sua política agrícola de ruína para os pequenos e médios agricultores.

A maratona parlamentar e a governamentalização do parlamento que o Governo impôs na última semana para legislar no segredo dos gabinetes leis antipopulares, impediram a Assembleia da República de se debruçar, por iniciativa dos comunistas, sobre problemas que afectam duramente as classes e camadas intermédias da população. Os veementes protestos dos pequenos e médios comerciantes contra o adiamento da revisão da lei das rendas comerciais têm eles também um inegável sentido de classe.

Uma forma particularmente odiosa da ofensiva do grande capital actualmente em curso no nosso país é a que incide no plano legislativo contra as grandes transformações económicas e sociais produzidas pela Revolução de Abril, a que tem por objecto destruir as nacionalizações e a Reforma Agrária, a que pretende reduzir a uma caricatura os direitos e liberdades do povo trabalhador.

A famigerada «lei dos sectores» que vai agora ser cozinhada nos gabinetes ministeriais, o golpismo da política de recuperação capitalista que tem nela um instrumento dos mais valiosos e perigosos contra as conquistas democráticas de Abril foram por diante.

O Governo e a sua dócil maioria não conseguiram fa-

A JSD e o Festival de Tróia

• Comunicado da C. Executiva da Comissão Central da JCP

A Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa — JCP, em comunicado divulgado há dias, comenta as posições assumidas pela JSD, organização juvenil do PSD, a propósito do Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz», a realizar na península de Tróia.

Refere a Juventude Comunista:

A JSD tem vindo, com frequência, a referir-se ao Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz» explicitando a sua atitude de alegado empenho e apoio àquela importante iniciativa juvenil.

Não se contesta o direito que assiste à JSD de apoiar as

iniciativas que entender e, nomeadamente, o Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz» que é expressão da conjugação da vontade de jovens de muito diversas orientações políticas e ideológicas.

Entretanto, e até porque a JCP é frequentemente referida e alvejada nessas posições públicas que a JSD tem vindo a

tomar, a JCP julga importante esclarecer:

1. A JCP apoia activamente o Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz» na base fundamental da sua expressa concordância com os seus três objectivos consagrados no Manifesto divulgado pelos seus promotores, a saber:

- a luta pelo desarmamento global, simultâneo e controlado
- a luta contra a instalação de

novas armas nucleares na Europa

- a luta contra a instalação, estacionamento ou trânsito de armamento nuclear no nosso país.

2. O mesmo não poderá manifestamente dizer a JSD que nunca cita os objectivos do Festival de forma completa e, muito significativamente, escamoteia o referente à instalação dos novos mísseis na Europa.

- 3. É assim legítimo duvidar da sinceridade da adesão

da JSD ao Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz», tanto mais que é do conhecimento público que, no plano interno, a JSD tem notórias ligações a uma política contrária à paz e ao desanuviamento e que dirigente seus participam mesmo em estruturas da NATO.

4. Com esta tomada de posição, a JCP não deseja de forma alguma animar polémicas susceptíveis de diminuir a importância e o impacto

do Festival «Dêem Uma Oportunidade à Paz» ou de afectarem a sua valiosa base unitária.

A JCP, ao mesmo tempo que continua a desenvolver amplos esforços de apoio ao Festival e a mobilizar intenso trabalho dos seus militantes para a sua preparação, está pronta a, no espaço de debate do Festival, participar num confronto aberto e democrático de opiniões sobre as candentes questões da luta pela paz e contra a guerra.

Festa do «Mundo Obrero»



Decorreu recentemente em Madrid mais uma edição da Festa do «Mundo Obrero», órgão central do Partido Comunista de Espanha. O PCP esteve representado nesta festa dos comunistas espanhóis através do camarada Vítor Neto, membro do Comité Central. No stand do «Avante!» — vivamente concorrido — os visitantes puderam apreciar, através de uma exposição documental, alguns aspectos relativos à situação presente em Portugal.

Camaradas falecidos

Isolina da Conceição Carvalho

A camarada Isolina da Conceição Azevedo Carvalho Maia faleceu no passado dia 6, com 74 anos. Militante do Partido há muito anos, irmã do camarada Rogério de Carvalho, soube prestar uma valiosa ajuda e contribuição à actividade do Partido, nomeadamente na solidariedade com camaradas presos nas prisões fascistas.

Manuel Joaquim da Conceição

Também recentemente faleceu o camarada Manuel Joaquim da Conceição, natural e residente na Baixa da Banheira.

Às famílias dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!», em nome do Partido, apresenta sentidas condolências.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744 769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 36351.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto. R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908 693915.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Enxa, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28354.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. **Porto** — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impresso na Heská Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Junho: 47 700

Nacional



LISNAVE

Empunhando bandeiras negras, símbolo da fome, uma manifestação de apoio reuniu em Almada, dia 15, milhares de pessoas, familiares dos trabalhadores da Lisnave e trabalhadores de outras empresas, solidários com a luta e com os objectivos defendidos pelos trabalhadores do sector

O protesto popular contra a ocupação foi instantâneo; manifestou-se logo junto da empresa e em outros locais do distrito de Setúbal

Desbloquear o conflito Salvar a empresa Satisfazer as reivindicações

Exactamente uma semana depois da ocupação policial da Lisnave e das várias reacções conhecidas, destacando-se entre elas uma autêntica vaga de solidariedade, o que se deve sublinhar hoje aqui, escrevendo não sobre a hora, mas segundo as contingências naturais na preparação de um semanário, é que nada de concreto em termos de salários e de viabilização da empresa e dos 6700 postos de trabalho foi permitido por parte da administração e do Governo, após quatro reuniões nocturnas que se prolongaram por horas e horas com os representantes sindicais e da comissão de trabalhadores da Lisnave.

A condenação e o repúdio generalizado pelos meios de

ação que este Governo e nomeadamente o Ministério da Administração Interna puseram em campo para alegadamente repor uma legalidade a cuja prática são alheios tanto o Governo como a administração daquela grande empresa onde o capital privado dos Mellos não vai além de uns 12 por cento (isto no papel) essa condenação e esse repúdio, diziamos, reforçou de modo bem visível a luta dos trabalhadores da Lisnave, e permitiu pelo menos desbloquear as negociações que, na altura em que escrevemos, iam prosseguir numa unidade hoteleira de Lisboa.

Sucessivas declarações de porta-vozes das organizações representativas dos trabalhado-

res chamavam entretanto a atenção para o carácter político inconfundível que o problema sempre teve e que se agudizou muito depois da ocupação policial da empresa na madrugada de 14 do corrente.

O Governo, e muito concretamente um representante do Estado entre os elementos da administração da empresa, era apontado anteontem por um representante das ORTs como responsável pelo bloqueamento do curso das negociações, que deveriam permitir, pelo menos para já, a satisfação de uma parte não das reivindicações, mas da reposição do exercício de direitos dos trabalhadores, como seja o acesso aos refeitórios, o pagamento de salários e subsídios, e o não desconto abusivo de quaisquer períodos de tempo para além dos que efectiva-

mente foram ocupados em paralisações no decorrer da luta que há meses se desenvolve na Lisnave pelo pagamento de salários em atraso e garantia dos postos de trabalho.

Os prejuízos que rondam os 10 mil contos, segundo um membro das ORTs declarou publicamente, derivados da re-

tirada brusca do navio grego «Doris» da doca seca da Lisnave, que naturalmente teve que ser inundada com equipamento ainda junto do navio, veio também chamar a atenção para o custo da «reposição da legalidade» com a qual o Governo pretende iludir a opinião pública e esconder o facto de

muitos milhares de trabalhadores estarem a ser vítimas de uma política que o Governo PS/PSD quer prosseguir.

Essa política é bem conhecida. Foi durante anos a dos Governos AD, e teve como percursos atentos e submissos os partidos que há pouco formavam a nova coligação.

Anteontem os estaleiros da Lisnave continuavam paralisados e as negociações, embora interrompidas, iam prosseguir. Os trabalhadores, apesar de intimidações e mesmo provocações de vária ordem e origem, não abandonam a luta e exigem a satisfação das reivindicações justas e de interesse para a economia do País.

Os trabalhadores não aceitarão o desemprego em massa, nem a fome que já entrou em algumas casas de trabalhadores da Lisnave.

Ao fim da tarde de anteontem foi assinado um acordo de princípio entre organizações de trabalhadores e administração que implicará entre outras cláusulas, o pagamento de 30 contos por conta dos atrasados e, a curto prazo, o pagamento de pensões. Em contrapartida seria assegurado o exercício do controlo operário na Lisnave e a viabilização da empresa sem despedimentos. O acordo carece de confirmação em assembleia geral de trabalhadores que está a efectuar-se à hora em que fechamos o nosso jornal.

Nota do PCP no dia da ocupação

1. A ocupação da Lisnave por forças da GNR e da PSP, acompanhada da exibição de aparatosos dispositivos policiais em diversas localidades do distrito de Setúbal, constitui uma operação provocatória e uma manobra de intimidação que confirma plenamente a política agressiva e os métodos repressivos do Governo PS-PSD.

2. É uma grosseira mistificação que o Governo, o Ministério da Administração Interna e a administração da Lisnave pretendam justificar a intervenção policial como visando a reposição da legalidade democrática.

Como é sabido, os trabalhadores da Lisnave, denunciando uma ruinosa gestão da empresa e as práticas fraudulentas que comprometem o seu futuro e prejudicam a economia nacional, vêm desenvolvendo desde há muito uma corajosa luta pelo pagamento dos salários em atraso (de Abril, Maio e Junho), pela garantia do seu pontual pagamento futuro e pela garantia dos seus postos de trabalho, no quadro da viabilização da empresa.

São pois os trabalhadores que, vivendo uma situação verdadeiramente aflitiva e dramática marcada por agudas dificuldades, pela fome e pela miséria, lutam pela reposição da legalidade democrática, ao reclamarem a satisfação de direitos elementares, designadamente o pagamento dos salários em atraso e a garantia da retribuição do seu trabalho.

3. Em contrapartida, são as atitudes da administração da Lisnave, inteiramente subordinada aos interesses e manobras dos Mellos (apesar de a maioria do capital social pertencer ao Estado) e o comportamento do Governo que, indiscutivelmente, se opõem à reposição da legalidade democrática e agudizam o conflito na empresa, ao continuarem a recusar o pagamento dos salários em atraso, ao persistirem nos planos de despedimentos em massa, ao pretenderem

impor aos trabalhadores a aceitação de uma política prepotente e lesiva dos seus direitos.

4. A intervenção das forças policiais na Lisnave, a mando do Ministério da Administração Interna, ilustra bem a natureza de classe da política e do Governo do PS e do PSD que se mostra completamente insensível às dificuldades dos trabalhadores, mas particularmente empenhado em servir o grande capital, que é incapaz de usar os meios e a austeridade do Estado para pôr termo às manobras fraudulentas e ilegalidades do grande patronato, mas que não hesita em mobilizar as forças policiais para tentar fazer valer a arbitrariedade e a ofensiva contra os trabalhadores. Tal como o PCP havia advertido há dias, confirma-se que o autoritarismo, a restrição das liberdades e as medidas de intimidação e repressão são para o governo PS-PSD um instrumento essencial na tentativa de imposição da sua política antipopular.

5. Apelo ao pronto desenvolvimento de acções de solidariedade por parte da população e dos trabalhadores de outros sectores e regiões para com a corajosa luta dos trabalhadores da Lisnave, o PCP sublinha que a imediata retirada das forças policiais da Lisnave é uma justa e inadiável exigência do restabelecimento efectivo da legalidade democrática. Saudando a magnífica unidade e a firme determinação dos trabalhadores da Lisnave no prosseguimento da sua justa luta, o PCP salienta que os acontecimentos ocorridos na Lisnave confirmam a importância do rápido desenvolvimento, no quadro dos direitos e liberdades consagrados na Constituição, do protesto e da luta dos trabalhadores e de todas as classes e camadas sociais atingidas pela desastrosa política do Governo PS-PSD.

14.7.83
A Secção de Informação e Propaganda do PCP



Os trabalhadores não se deixaram provocar

A solidariedade manifestou-se no próprio local e em centenas de mensagens de apoio enviadas por trabalhadores organizados de todo o distrito

A retirada do navio grego «Doris» dos estaleiros da Lisnave, considerada um «êxito» pelos administradores da empresa, foi uma operação que causou, segundo os trabalhadores, mais de 10 mil contos de prejuízos, tendo em conta que foram partidos vários guinchos e estragados cinco «containers» de máquinas de soldar, uma camioneta hidráulica de pintura (com elevador) e ainda diversas máquinas pneumáticas. Estes equipamentos ficaram submersos pela água salgada, o que significa praticamente a sua inutilização: uma pesada factura que, devido à intransigência da administração, a empresa foi obrigada a pagar. Um prejuízo que é apelidado de «êxito» pelos senhores administradores...

Também com a ANOP A «AD» não conseguiu — Mário Soares dá um jeito!

1.

A deliberação do Conselho de Ministros sobre a ANOP e a NP constitui uma grave mistificação do problema em causa e, a ser executada, corresponderia à consagração das ilegalidades e prepotências praticadas pelo governo da AD.

2.

Ao defender a fusão da ANOP e da NP e ao colocar num fingido plano de igualdade as duas agências, o Governo PS-PSD escamoteia que são completamente distintas as respectivas situações e completamente diferentes o tipo de responsabilidades e os vínculos que o Governo tem perante uma e outra.

A NP é uma sociedade privada que nasceu integrada na manobra visando a extinção da ANOP e com quem o último governo da AD celebrou abusivamente um contrato de artificial prestação de serviços que serviu de capa para a concessão de avultados subsídios de dinheiros públicos.

A ANOP é uma empresa pública, com Estatutos aprovados pela Assembleia da República, sujeita aos inerentes deveres e obrigações constitucionais e que responde pela sua actividade perante um Conselho de Informação.

3.

Neste quadro, é patente que a deliberação do Governo se traduz, por um lado, na recusa de assumir responsabilidades que efectivamente lhe cabem perante a ANOP e por outro, no assumir de responsabilidades que manifestamente lhe não cabem perante a NP.

Perante a ANOP, o Governo tem o dever de, pondo termo a uma prolongada ofensiva de destruição, assegurar a sua viabilização e proteger o serviço público que aquela agência efectivamente presta.

Perante a NP, o Governo tem o dever de rescindir, por inútil e injustificado, o contrato celebrado pelo governo da AD, deixando naturalmente para as empresas que constituíram a NP as decisões e inerentes responsabilidades quanto ao futuro daquela agência.

4.

A deliberação do Governo PS-PSD sobre a ANOP e a NP esclarece definitivamente que não foi por razões formais ou de competências mas sim pelo empenho em prolongar a situação criada pela AD, que os deputados do PS e do PSD votaram contra a recomendação proposta na Assembleia da República pelo PCP com vista à viabilização e consolidação da ANOP.

5.

A deliberação governamental sobre a ANOP, tomada por sinal no mesmo dia em que o Governo nomeava um novo Conselho de Gerência para a RTP com uma composição destinada a consolidar a instrumentalização daquele órgão de informação pela aliança PS-PSD, testemunha que, também no sector da comunicação social do Estado, a política do Governo PS-PSD dá continuidade à política da AD.

Por isso a luta por uma comunicação social do Estado isenta e pluralista de acordo com os princípios constitucionais, tem de continuar entre as prioridades da acção democrática.

13 de Julho de 1983

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PCP

Um Centro de Trabalho em Odeceixe (Aljezur)

Através da ajuda e da contribuição voluntária de vários camaradas da organização de freguesia de Odeceixe (Aljezur), concretizou-se a compra de um centro de trabalho para o partido naquela localidade algarvia. Trata-se do primeiro Centro do Partido neste concelho e vai certamente contribuir para o reforço e alargamento da influência do PCP nesta importante freguesia. Ao longo de jornadas de trabalho vai desenvolver-se um plano de obras a fim de rapidamente poder ser utilizado para o trabalho do Partido.

Reunião geral em Lagos

Com a participação de Carlos Luis Figueira, membro do CC do PCP, realiza-se amanhã uma reunião geral de militantes do centro de trabalho de Lagos, a fim de discutir a situação política e a preparação da Assembleia de organização que está programada para o próximo mês de Outubro.

Cinema em Faro

A finalizar a iniciativa que há cerca de dois meses vem promovendo todas as sextas-feiras na esplanada do CT em Faro, vai ser exibido amanhã o filme «Para que Possas Viver», que relata a experiência de um dirigente sindical em Inglaterra.

Como habitualmente, depois da projecção do filme haverá um debate final.

Foros de Salvaterra

No novo Centro de Trabalho do Partido, realiza-se no próximo sábado uma reunião de militantes do PCP de Foros de Salvaterra, que abordará questões relacionadas com organização e situação política. Participará um camarada do Executivo da DORSA.

A reunião está marcada para as 21 e 30.

Jornadas de convívio no CT da Figueira da Foz

Realiza-se no próximo sábado, dia 23, no CT da Figueira da Foz, uma homenagem em memória do camarada Adriano Correia de Oliveira. Participam nesta iniciativa Paulo Vaz de Carvalho e Lousã Henriques, companheiros de Adriano. A realização desta homenagem insere-se na programação organizada pelos camaradas da Figueira da Foz no Centro de Trabalho do Partido, iniciada no passado dia 16 e prolongando-se nos próximos fins-de-semana durante toda a época balnear. Estas jornadas de amizade e convívio realizam-se no terraço-esplanada do Centro de Trabalho e têm como objectivo oferecer a todos os militantes, simpatizantes e amigos do Partido em férias na Figueira bons momentos de animação cultural e de convívio durante os fins-de-semana, com muita alegria, música e os afamados «comes-e-bebes» da região.



Cercal do Alentejo

Com a participação de 130 pessoas, decorreu recentemente um almoço-convívio na colectividade «Sempre Fixe», iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP de Cercal do Alentejo. Esteve presente o camarada Sousa Marques, que falou sobre a situação política.

Sessão no CT de Arroios

Sob o tema «A Verdade a que temos Direito», realiza-se na próxima segunda-feira, dia 25, no Centro de Trabalho de Arroios, em Lisboa, uma sessão-debate com a participação do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, iniciativa da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa.

Excursão a Évora

Por iniciativa da comissão local do PCP, está a ser organizada no Laranjeiro (Almada) uma excursão a Évora, por ocasião da Conferência da Reforma Agrária, que se realiza já no próximo fim-de-semana, naquela cidade alentejana.

A excursão realiza-se no domingo, dia 24, com partida do Largo Conde de Castelo Melhor, às 6 e 30. Preço da viagem: 500 escudos.

Festa Povo Unido em Abela

Realiza-se no fim-de-semana de 23 e 24 de Julho a Festa Povo Unido na Cova do Gato em Abela.

Esta iniciativa do PCP e da Juventude Comunista Portuguesa terá no seu programa um baile na noite de sábado a partir das 20 horas; no domingo, às 15, tiro ao alvo; 16, jogos populares; 18, intervenção política; 19, participação de artistas amadores; e a finalizar baile com o conjunto de Nunes Sabino.

Convívio piscatório em Moura

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Moura do PCP, realiza-se no próximo dia 21 de Agosto um «grande convívio piscatório» no Guadiana, em Pedrogão.

A iniciativa é aberta a concorrentes individuais e colectivos e as respectivas inscrições funcionam até dia 19 de Agosto no Centro de Trabalho do PCP em Moura.

No decorrer da pescaria haverá em serviço de bar e restaurante para pescadores e acompanhantes.

Aos três primeiros classificados serão oferecidos prémios e medalhões. São dados todos os pormenores sobre esta iniciativa da Concelhia de Moura directamente no CT do Partido ou através do telefone com o número 222 78.

Campanha Férias-83 na região do Porto

Decorre até Setembro na região do Porto uma grande iniciativa distrital para recolha de fundos denominada «Campanha de Férias — 83». Sobre os motivos que levaram ao seu lançamento e as respectivas tarefas e objectivos, a Comissão de Fundos da DORP do PCP salienta:

«As recolhas extraordinárias de fundos têm um papel decisivo no equilíbrio do orçamento do Partido. Habitualmente, os fundos extraordinários provêm, todos os anos, em larga medida, de duas grandes campanhas de fundos — a de Natal e

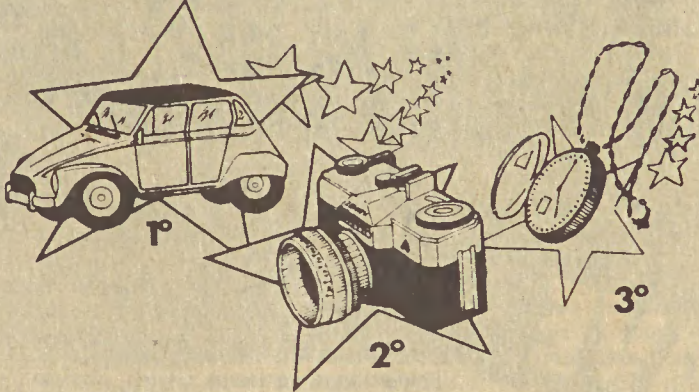
a de férias. A não realização no ano que findou da tradicional campanha de Natal devido à realização de eleições para as autarquias e a realização de duas campanhas eleitorais consecutivas acarretou, por um lado, uma diminuição das receitas previstas e por outro um acréscimo muito grande nas despesas».

A luta continua!

Sublinha ainda a DORP do PCP: «É necessário que todos

compreendam que o Partido, como Partido dos trabalhadores, vive e desenvolve a sua actividade com o exclusivo apoio material dos trabalhadores, dos democratas, do Povo português. É também necessário que todos compreendam que a inflação galopante que se verifica no nosso País também atinge duramente a actividade do Partido (os preços não param de subir e o «valor real» das cotas de diminuir)».

A Direcção Regional do Por-



rem contribuições especiais.

• Promover iniciativas (Festas de Verão, Tómbolas, etc.).

Os materiais da campanha

Como sempre sucede os materiais para a Campanha têm como objectivo a recolha de fundos e o seu controlo deve ser rigoroso.

Como materiais já estão em distribuição:

• Cupões de 100, 250, 500 e 1000 escudos

• Listas de recolha de fundos.

• Rifas, ao preço de 50\$00, para um automóvel Citroën Dyane, uma máquina fotográfica Zenith, um relógio de pulso de senhora e um relógio de pulso.

Crédito bem parado

Muitas freguesias dos concelhos de Felgueiras, Amarante, Penafiel, Paredes, Lousada, Santo Tirso, S. Mamede Intendente e Matosinhos, células de empresa como a Siderurgia Nacional, Sepsa e Uic, cumpriram ou estão prestes a cumprir as suas metas. Como? Através de empréstimos contraídos entre amigos e militantes que avançaram ao Partido as quantias fixadas (metas). Agora, até ao fim da campanha, com esforço e empenho das organizações, há que recolher esses fundos e pagar os compromissos assumidos. Com o Partido, está cumprido!

• Organizar recolhas de fundos na base dos subsídios de férias.

• Elaborar listas de amigos e de militantes capazes de da-

to do PCP apela, assim, a todos os camaradas e amigos, a todos os simpatizantes do Partido, para que compreendam a importância da campanha Férias-83 e para que tomem activamente nas suas mãos a tarefa de a concretizar com sucesso.

Que fazer, agora?

• Em primeiro lugar é preciso discutir a Campanha em todos os organismos do Partido, ganhar politicamente todos os militantes, empenhá-los na realização das tarefas desta iniciativa.

• Formar Comissões para a Campanha.

• Divulgar amplamente a Campanha.

• Distribuir e controlar os materiais existentes (cupões, listas de fundos, sorteio).



Um espaço de convívio em Faro

Está a ser aguardada com especial entusiasmo mais uma edição da Festa da Amizade, iniciativa de convívio popular organizada pela Comissão Concelhia de Faro do PCP, que decorrerá no último fim-de-semana deste mês, no S. Luis Parque, na capital algarvia.

Festa da Amizade

Além das exposições colectivas de pintura e fotografia, das actividades desportivas (torneios de damas, xadrez e ténis de mesa), da exposição política e dos pavilhões dos Pionei-

ros, da Juventude Comunista, do livro e do disco, e das Associações Portugal-URSS e Portugal-Angola, a Festa da Amizade oferece ao visitante um bom programa artístico, de que destacamos desde já:

Sábado, dia 30 — Concerto «rock» às 21 horas com a banda «Stratus»; às 22 h, espectáculo com Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo.

Domingo, dia 31 — Actuação do Grupo de Intervenção de Vila Real de S. António às 21 e 30; Rão Kyao às 22 e 30; e Carlos do Carmo no encerramento, às 23 horas.

O camarada Aurélio Santos, do Comité Central do Partido, intervirá no início da Festa da Amizade, marcado para as 22 horas do dia 31.

O baile na primeira noite do programa, o sarau de ginástica pelo grupo desportivo do Náutico do Guadiana, no domingo às 20 e 30, a quermesse, o artesanato, a venda de produtos agrícolas, o café, os bolos regionais e os petiscos algarvios serão também presenças em destaque na Festa da Amizade, grande iniciativa aberta à confraternização popular que conta com a colaboração das Comissões Concelhias do PCP de Loulé e Olhão.

Lisboa

Plenários de professores em Julho e Agosto

Tal como é habitual em períodos de férias, a organização dos professores comunistas de Lisboa leva a efeito plenários às quintas-feiras, às 18 horas, até finais de Agosto, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.

O primeiro desses plenários realiza-se hoje. O ponto da situação política e do trabalho preparatório da Festa do «Avante!», bem como quaisquer outras questões que os participantes nestes plenários desejem colocar, são temas em aberto para discussão e análise todas as quintas-feiras, para os professores comunistas da região de Lisboa.



A posição da DORAL do PCP sobre a nomeação do Governador Civil de Faro

A propósito da nomeação do novo Governador Civil para o Algarve, a Direcção Regional do Algarve do PCP, certa de interpretar os sentimentos da esmagadora maioria da população do Algarve, divulgou um nota na qual «exprime o seu mais vivo repúdio pela recente nomeação para o cargo de Governador Civil do distrito de um destacado elemento do PSD», acrescentando que «tal posição em nada tem que ver com a pessoa em si, mas antes com o significado político que inegavelmente tal nomeação assume».

«Efectivamente, num distrito onde as forças democráticas, constituídas pelo PS e pelos partidos que compõem a APU (PCP e MDP/CDE), obtiveram nas últimas eleições para a Assembleia da República cerca de 65% do apoio eleitoral da população, numa região onde a extinta «AD», na qual o PSD era o partido maioritário, perde cerca de um terço do seu eleitorado, tal nomeação surge como uma afronta e uma ofensa aos sentimentos democráticos da população algarvia», sublinha a DORL, que refere mais adiante:

«A entrega do cargo de Governador Civil do distrito ao PSD, por parte de Mário Soares e dos seus mais fiéis seguidores, contra a vontade expressa das várias estruturas lo-

cais e regionais do PS e da esmagadora maioria dos seus militantes, no seguimento aliás de pressões já anteriormente feitas por Mário Soares para obrigar a eleição para a CRTA de um elemento do PSD, são bem a expressão da natureza e profundidade das cedências e compromissos firmados com o PSD, por parte da direcção do PS, evidenciadas já na política em que assenta, no fundamental, o actual Governo.

«Mais: tal nomeação, para uma região onde as forças democráticas contam com tão vasto apoio popular, não pode ainda ser desinserida da intenção expressa já pelo actual governo PS/PSD de reforçar os poderes dos Governadores Cívicos, no sentido de os tornar eficientes agentes da política re-

pressiva que o actual ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, figura destacada da actual direcção do PS, cujo futuro político se pronuncia de forma sinistra no horizonte da vida do regime democrático, saído do 25 de Abril.

«A nomeação do actual Governador Civil surge ainda no seio de uma acérrima disputa em torno de outros lugares do aparelho de Estado na região, através de um espectáculo indecoroso onde os valores da competência para o exercício dos respectivos cargos são substituídos pelo carreirismo político, o jogo de favores e o

tráfego de influência — tudo isto num clima que em nada favorece o respeito pela dignidade do exercício de um cargo público e sobretudo para que a acção dessas estruturas tenha em vista exclusivamente a resolução dos problemas da região e a defesa dos interesses da sua população.

«Finalmente, para muitos daqueles que votaram PS para combater a direita e para contribuir para a realização de uma política diferente, as primeiras medidas deste Governo PS/PSD dissiparam dúvidas que ainda subsistissem, acerca das reais intenções e das ca-

racterísticas de classe da política que pretendem levar por diante.

«A agudização da crise económica e financeira com que o País desde há muito se debata, o agravamento das condições de vida da maioria da população, falências em série e desemprego — são algumas das inevitáveis consequências de tal política que, ligadas ao abandono de grandes projectos de desenvolvimento e progresso do País, como é o caso particular da construção do sistema de barragens na serra algarvia, comprometem seriamente o do País e o bem-estar do nosso povo.

«O largo descontentamento que tais medidas estão já a suscitar e o combate que, com firmeza, largos sectores da população laboriosa lhe estão a dar, é o caminho justo e inevitável que urge empreender e reforçar.

«Na continuidade da luta pela defesa do regime democrático e das suas conquistas, os trabalhadores, o Povo português, saberão, mais uma vez, dar a resposta condigna a este Governo de traição nacional».

Num distrito onde as forças democráticas (PS e partidos da APU: PCP e MDM/CDE) obtiveram nas últimas eleições para a Assembleia da República cerca de 65 por cento do apoio eleitoral da população, numa região onde a extinta «AD», na qual o PSD era o partido maioritário, perde cerca de um terço do seu eleitorado, a nomeação de um elemento do PSD para o cargo de Governador Civil de Faro é uma afronta e uma ofensa aos sentimentos democráticos da população algarvia — sublinha a Direcção Regional do Algarve do PCP.

Iniciativa no coe

A Festa do «Avante!» ser divulgada com entusiasmo e espírito de imaginação, o concelho de Loures nomeadamente na sua zona oriental, onde uma Comissão constituída para apoiar o grande convívio popular nos dias 10 e 11 de Setembro, terá a efeito nos próximos dias várias iniciativas para promoção e apoio da festa «Avante!». Assim, além da mobilização para uma grande jornada de trabalho voluntário do concelho no Alto da Moura, dia 26 (terça-feira), prevista para os dias 10 e 11 deste mês uma acção

Varo Sábado

No próximo fim-de-semana camaradas e amigos não avançar na preparação e implementação da festa. Além de voluntários se também a partir de excursões, comissões, intervalo da jornada sardinhada. Embora o trabalho aqui se deixa um pouco montadores de

2.º Sorteio da EP em Penedo Gordo (Beja)

Tal como temos vindo a anunciar, o segundo sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!» vai realizar-se já no último fim-de-semana deste mês, no Baixo Alentejo.

O apuramento das EP's premiadas decorrerá na Festa do Futuro, jornada de convívio popular que animará durante os dias 30 e 31 de Julho a localidade de **Penedo Gordo**, perto de Beja, numa iniciativa da Comissão Local do PCP.

A Festa do Futuro terá lugar na Mata do Ribeiro e além do 2.º sorteio das EP's inclui no seu programa

as seguintes actividades: **dia 30** — convívio durante todo o dia com petiscos bem variados (não faltará o grão com borrego), música e muita alegria; **dia 31** — convívio cultural com a participação, entre outros, de António Heleno, Rui Luis Gomes e Norberto Coelho; intervenção política pelo camarada José Soeiro, deputado comunista na AR eleito pelo distrito de Beja e membro suplente do Comité Central do PCP; actuação do conjunto «Os Galés», de Setúbal.

Integrado na Festa do Futuro, realiza-se um torneio quadrangular de

futebol de onze, com jogos a disputar nos dias 24, 25 e 30.

A Comissão Local de Penedo Gordo vai levar a efeito outras iniciativas, nomeadamente nos dias 6 e 7 de Agosto: baile às 22 horas, na Casa do Povo e torneio de tiro aos pratos para amadores, respectivamente.

Ainda em relação ao sorteio das EP's — não esquecer que estão habilitados todos os camaradas e amigos que já adquiriram a EP ou que a vão adquirir nos próximos dias — é de salientar que os brindes a distribuir constam de livros



e discos, a escolher pelos felizes contemplados aos balcões da CDL.

De Wiesbaden (RFA) ao Alto da Ajuda!

Ponto de encontro para milhares de portugueses, a Festa do «Avante!» é um acontecimento que suscita o interesse e a participação de camaradas e amigos, de trabalhadores, de democratas oriundos de todos os pontos do país... E até do estrangeiro!

Como o confirma uma notícia que agora recebemos da República Federal Alemã (RFA).

Na região de Wiesbaden está a ser organizada uma excursão à Festa do «Avante!», iniciativa aberta a todos os nossos compatriotas que ali trabalham e que, juntamente com as suas famílias, possam vir a Portugal na segunda semana de Setembro.

A excursão parte do Wiesbaden no dia 8 de Setembro (quinta-feira) às 6 horas da manhã e regressará no dia 17 (sábado).

O programa da viagem inclui dormida no parque de campismo da Festa do «Avante!».

As inscrições para esta excursão, que custa 270 marcos, estão a ser recebidas pelo camarada Carlos Vicente, Roemerberg, 1, 62 — Wiesbaden (telefone: 06121/300135). Também são prestados todos os esclarecimentos pelos camaradas Américo Cardoso (telefone: 06121/403720, Wiesbaden) e António Manuel Costa (telefone: 06073/61326, Babenhausen).

Atas Pinheiro de Loures

está para divulgação da Festa e venda da EP, em contactos «porta-a-porta» e bancas instaladas em mercados e outros locais, e utilizando também carros de som e outras formas de propaganda. Ainda no dia 30, decorrerá no âmbito daquela acção de rua, no jardim público de **Moscavide**, uma festa popular de unidade e convívio, com música, feira do livro, as actuações do grupo «Outra Margem» e do Coro Alentejano das Minas de S. Domingos e às 18 horas um comício. A noite, realiza-se um jantar de confraternização. Os camaradas da zona oriental do concelho de Loures

lançaram também uma campanha de recolha de géneros e utensílios para a Festa do «Avante!», salientando que são bem recebidas todas as contribuições que possam ser oferecidas: um garfo, um quilo de batatas ou um quilo de arroz, uma travessa ou uma garrada de óleo...

Loures vive, pois, com entusiasmo a grande Festa do Alto da Ajuda, «uma festa que do princípio ao fim nasce e cresce com o calor humano da militância, da solidariedade e da fraternidade», como sublinham os camaradas de Loures.

Torneio de Futebol em Lisboa tem amanhã a sua 8.ª jornada



Vinte equipas divididas em duas séries disputam na zona de Lisboa o Torneio de Futebol de Salão Avante'83, realizando-se amanhã a oitava jornada com os seguintes encontros:

Série 1

CTT Cabo Ruivo-Pioneiros Sotto; Amigos da Caneca-Blue Boys; Kayakas-11 Unidos A; GD Sismet-P. Soares.

Série 2

V. Reis-11 Unidos B; J. Vermelha B-GR Salgadas; ST

Comércio-Citofone; P. Almeida-Cepagrim.

A 9.ª jornada decorrerá no dia 25 (segunda-feira), com a realização dos seguintes jogos: na série 1 — 11 Unidos A-J. Vermelha A; Pioneiros Sotto-GD Sismet; CTT Cabo Ruivo-Blue Boys; Amigos da Caneca-Kayakas; na série 2 — GR Salgadas-Pedro Almeida; J. Vermelha B-Citofone; V. Reis-Cepagrim; ST Comércio-Os Caixeiros.

De salientar que estão a decorrer ou vão começar brevemente torneios de futebol no âmbito das actividades

desportivas da Festa do «Avante!» no sector dos Transportes da ORL, nos

concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira.

Guarda: 30 equipas em acção

Cerca de três dezenas de equipas estão envolvidas nos torneios de futebol promovidos no distrito da Guarda, com vista ao apuramento para o grande Torneio de Futebol de Salão da Festa do «Avante!».

No próximo fim-de-semana

iniciam-se os encontros nos concelhos de Seia, Gouveia, Guarda, Almeida, Celorico e Meda:

Em Pinhel o torneio arrancou no último fim-de-semana, com a participação de 16 equipas, divididas em duas séries.

Registaram-se os seguintes resultados: Clay J. Pub, 1 — J. Freguesia, 2; Quintanovenses, 1 — Boutique Sonho, 8; Iedy Boys, 0 — Canitrolhas, 4; Juventus, 6 — Café Central, 2; Café Rio Cão, 2 — Alverca da Beira, 4; Mijicopiar, 0 — Discoteca, 3;

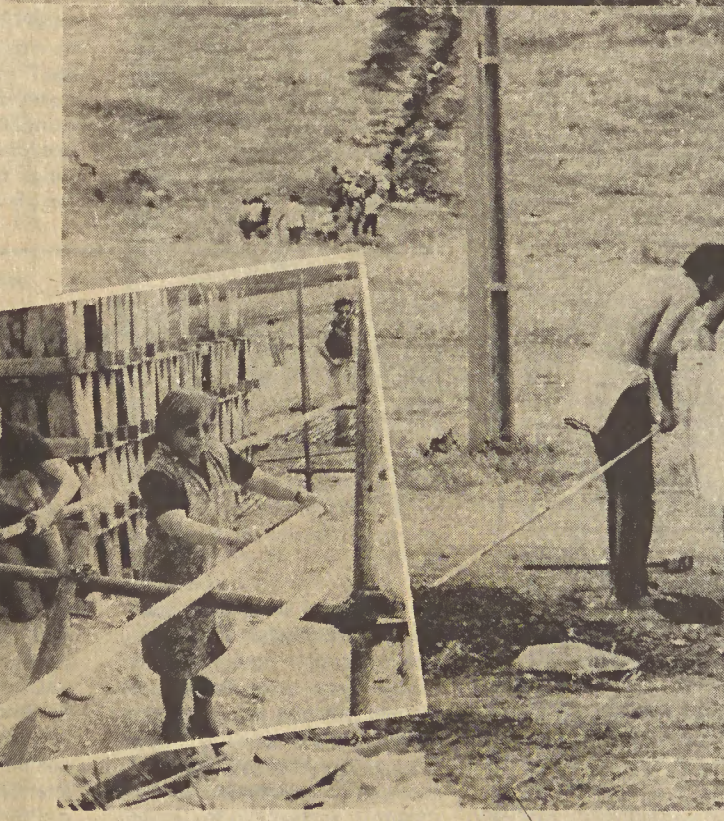
B.B. Kings, 2 — Rua dos Tiros, 2; Cimo da Fonte, 1 — Bombeiros Voluntários, 5. O torneio de Pinhel deverá terminar a 4 de Agosto.

ms à Ajuda! e domingo: nova jornada!

de-semana voltam ao Alto da Ajuda centenas de gosta nova jornada de trabalho voluntário. Objectivo: **obra de implantação da Festa do «Avante!», cuja data é 9, 10 e 11 de Setembro!**

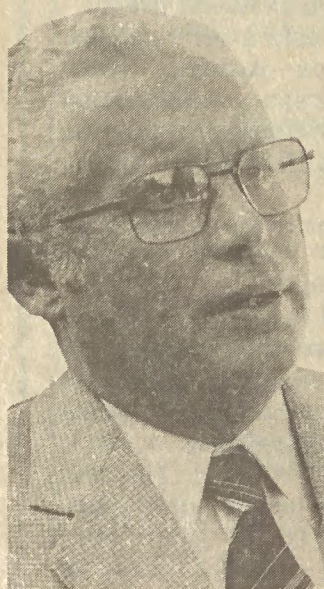
os e se apresentarão individualmente, aguarda-se pacamente camaradas organizados em brigadas, grupos e é o, por exemplo, da célula da Lusallite, que no cada hora de almoço, terá uma monumental

no muda necessite de toda a mão-de-obra possível, a participação de carpinteiros, electricistas e tubo



Assembleia da República

Entrevista com Carlos Brito



A Assembleia da República entrou em férias, encerrando o primeiro período de trabalhos da legislatura saída das eleições gerais de 25 de Abril de 1983. Atrás ficou o escândalo de um trabalho parlamentar virado contra os interesses do povo e do País, violando normas constitucionais, assanhando-se no prosseguimento da política de direita de destruição do 25 de Abril — tudo conduzido e imposto pela aliança PS/PSD que, na Assembleia da República, se materializaria no suporte «às ordens» para a actuação de uma coligação governamental que já nem ousa esconder o seu cariz restauracionista. Contra tal política e tais desmandos se ergueu sempre o PCP também na Assembleia da República; é pois altura de abordar um pouco detalhadamente o que foi este período legislativo, falando com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

«Avante!» — Poderemos talvez começar a nossa conversa pedindo-te para realçar o mais importante desta primeira fase dos trabalhos da Assembleia da República após as eleições do 25 de Abril.

Carlos Brito — Nesse aspecto podemos sublinhar que os 45 dias desta primeira fase do funcionamento da Assembleia da República confirmaram absolutamente aquilo que prevíamos em conferência de Imprensa dada em 7 de Junho passado. Isto é: a coligação PS/PSD não desejava governar com a AR; da AR desejava apenas obter a investidura parlamentar do seu Governo, e uma grande sacada de autorizações legislativas para que as leis mais importantes sejam feitas durante o Verão, fora do controlo da Assembleia e nas costas do País.

Foi isto precisamente que aconteceu. Ao longo destes 45 dias, muitas vezes com sessões de manhã, tarde e noite, a Assembleia só discutiu o que o Governo quis, não sendo discutido nada do que o Governo não queria. Foram assim completamente defraudadas as expectativas do nosso Povo. De facto, após a dissolução da AR e a realização de eleições em 25 de Abril, generalizou-se naturalmente expectativa popular de ver anuladas algumas das mais graves medidas da «AD» no domínio dos salários e do custo de vida, no domínio da saúde, da habitação e até da elaboração definitiva do OGE. Nada disso aconteceu.

O Governo PS/PSD e a coligação parlamentar empenharam-se em adquirir instrumentos para prosseguir, consolidar e até agravar a política da «AD». Isto vale tanto pelo conteúdo como pela forma. Quanto a esta é de salientar, desde já, a secundarização para que a Assembleia da República é remetida, ou, dito de outra maneira, a completa governamentalização da vida parlamentar.

Nem os ministros sabiam...

«Avante!» — Até a Imprensa que é afectada à coligação governamental pôs em evidência a grande improvisação

que caracterizou os pedidos de autorização legislativa por parte do Governo. Tratar-se-á apenas de improvisação...?

C. B. — Antes de caracterizar, eu preferia que analisássemos um pouco mais de perto esta questão dos pedidos de autorização legislativa.

O Governo apresentou nada mais nada menos que 34 pedidos de autorização legislativa. Isto seria escandaloso em qualquer parte do mundo, atendendo-se que a Assembleia da República é o órgão legislativo por excelência. Mas atente-se que, destes 34 pedidos de autorização legislativa, o Governo retirou seis, e oito foram impugnados. Verificou-se frequentemente que os ministros e secretários de Estado que apareceram na AR a defender os pedidos de autorização, não sabiam exactamente o que o Governo queria. Houve casos em que os textos governamentais foram completa e contraditoriamente substituídos por propostas alternativas apresentadas por deputados da coligação governamental.

Neste aspecto o máximo foi talvez atingido quando Veiga Simão, antigo ministro de Marcelo Caetano e agora ministro de Mário Soares, apareceu a defender um pedido de autorização em matéria em que o Governo já está autorizado a legislar por via do Orçamento provisório em curso...

Depois de tudo isto, o termo «improvisação» é na verdade excessivamente brando: trata-se, sim, de atabalhoamento, incompetência e irresponsabilidade com que os interesses do Estado e do nosso Povo são tratados por este Governo do PS/PSD.

Importa dizer também que no meio deste caso de autorizações legislativas, há algumas que marcam muito nitidamente a linha de rumo do Governo Mário Soares/Mota Pinto...

Restauracionismo em marcha

«Avante!» — E assim notória essa linha de rumo?

C. B. — É perfeitamente notória através da autorização que visa a alteração à lei dos sectores com a abertura ao grande capital da banca, dos

seguros, adubos e cimentos; é igualmente com as autorizações para a suspensão do contrato de trabalho e alteração da lei da greve e ainda com a autorização para a lei da segurança interna.

Estes pontos de referência marcam claramente o rumo da restauração monopolista, o ataque aos direitos dos trabalhadores e a criação dos dispositivos de um aparelho repressivo.

«Avante!» — Quais as mais graves das autorizações que foram aprovadas?

C. B. — A mais grave das todas elas é a autorização que permite ao Governo alterar a Lei de Delimitação de Sectores. Trata-se de uma escandalosa violação da Constituição da República. É um golpe apontado ao coração das nacionalizações e tendo em vista a sua liquidação uma vez que são abertos ao grande capital os sectores mais básicos da economia — banca, seguros, cimentos e adubos.

O que o Governo PS/PSD pretende é abrir o caminho à reconstituição dos monopólios, dos grupos financeiros que, como é sabido, dominaram o nosso País durante meio século e geraram a ditadura fascista.

É também muito grave a autorização legislativa que permite ao Governo legislar em matéria de suspensão de contrato de trabalho. O Governo pretende pôr nas mãos do Ministério do Trabalho a possibilidade de suspender todo e qualquer contrato de trabalho, o que pode ser transformado — o próprio Governo o admite — numa primeira fase do despedimento sem justa causa, abrindo assim as portas a todos os arbítrios contra os trabalhadores.

Muito graves também são as autorizações legislativas relativas ao Poder Local, mediante as quais o Governo fica habilitado a alterar toda a legislação respeitante a esta matéria desde as Finanças Locais às Competências, passando pela Tutela e todas as questões capitais das autarquias. O que é preocupante é que o Governo queira fazer esta legislação à margem da Assembleia, o que desde logo é revelador dos seus desígnios no sentido de contrariar a descentralização e a autonomia.

São também graves os novos ataques aos direitos dos trabalhadores através da penalização do trabalho extraordinário, as novas restrições em relação aos direitos dos trabalhadores da Função Pública e a possibilidade dos ataques às empresas públicas.

Luta popular: elemento determinante

«Avante!» — No entanto houve autorizações que não foram aprovadas. Porquê? E têm significado e importância?

C. B. — Sim, têm um grande significado e importância; basta reparar que entre as quatro que não chegaram a ser votadas, se contavam duas das mais graves do conjunto apresentado pelo Governo: a alteração à lei da greve e a lei de segurança interna. Quando falei em nome do Grupo Parlamentar do PCP, no termo da sessão ininterrupta de quase 24 horas, pude congratular-me pelo facto de não ter havido tempo para discutir essas leis...

«Avante!» — Bem, mas apesar de não terem conseguido aprovar essas, o que foi aprovado já é bastante grave...

C. B. — Sem dúvida que é muito grave. Em todo o caso não nos esqueçamos que os governos da «AD» — e logo no governo de Sá Carneiro — conseguiram uma autorização legislativa para alterar a Lei de Delimitação dos Sectores, mas não o conseguiram fazer: o Conselho da Revolução na altura vetou as leis que tinham esse objectivo.

É claro que pode dizer-se que agora não há Conselho da Revolução, mas o CR funcionou como expressão da própria resistência das instituições democráticas face a uma legislação anticonstitucional. Não está excluído (e, em minha opi-

nião, deve até ser pressuposto) que isto volte a acontecer, embora não exista Conselho da Revolução, pois tal como no passado, também no futuro o elemento determinante será a luta popular.

As ameaças contidas nas autorizações legislativas agora conseguidas pelo Governo de Mário Soares/Mota Pinto consumir-se-ão ou não conforme a oposição que encontrarem por parte do movimento popular de massas. Nós temos confiança de que não passarão.

O caso da Comunicação Social

«Avante!» — Além das autorizações legislativas, foi também aprovada uma lei sobre o Conselho da Comunicação Social, a qual obviamente tem importantes implicações na Comunicação Social estatizada.

C. B. — Bem, do Conselho da Comunicação Social deveria ser um garante da objectividade e do pluralismo no sector público da Comunicação Social. Mas a solução dada em sede de revisão da Constituição à composição e às funções deste órgão já contrariava que este pudesse desempenhar a contento aquele papel.

A lei agora aprovada não introduziu qualquer aspecto correctivo à má solução saída da revisão constitucional. O Conselho pode ser ocupado na sua totalidade por representantes da coligação governamental ou gente da sua simpatia, uma vez que será eleito pela Assembleia da República por maioria de 2/3. Os poderes do Conselho são bastante reduzidos. Os seus membros terão estatuto de privilégio em remunerações e honras de todo desconformes com a sua capacidade de intervenção.

De tudo isto pode resultar

um cerceamento do pluralismo e um perigoso debilitamento da fiscalização dos meios de Comunicação Social do sector público. Veremos como vai ficar a composição, em concreto, deste órgão.

O maior escândalo

«Avante!» — Outra questão, e de peso: como estamos quanto ao Orçamento Geral do Estado?

C. B. — Muito simplesmente há que dizer que continuamos a viver com o Orçamento provisório de Pinto Balsemão, que pelos vistos, apesar das críticas que lhe foram feitas pelo PS quando era oposição, servem agora perfeitamente a Mário Soares como primeiro-ministro.

Mas em torno do Orçamento deu-se talvez o maior escândalo desta sessão de trabalho da AR. Também nesta matéria o Governo pediu uma autorização legislativa à Assembleia, para fazer nem mais nem menos que profundas alterações orçamentais, sem qualquer limite, com total mudança de verba e até com a suspensão de um artigo da Lei de Enquadramento do OGE. Isto é: o Governo PS/PSD pediu à Assembleia para se apropriar de uma sua fundamental competência!

Como afirmou um deputado do Grupo Parlamentar do PCP, o que o Governo pretendia era nem mais nem menos que o «estado de sítio orçamental» e a «ditadura financeira».

Esta monstruosidade constitucional era tão flagrante, que o Governo se viu forçado a recuar, retirando a primeira proposta. Mas logo de seguida apresentou outra quase igual, desta vez computando as alterações pretendidas até ao montante de cinco milhões de contos. Mas continuava a ser um escândalo de inconstitucionalidade! Isto mesmo foi expli-

cado na impugnação do PCP. Em face desta, o Governo e a coligação governamental voltam a recuar e substituem a proposta de alteração legislativa por uma pequena alteração ao Orçamento feita pela própria Assembleia, até o montante inferior a 10 000 contos...

Trata-se, como se vê, de um rotundo fracasso do Governo e de um bom êxito da luta do nosso Grupo Parlamentar para fazer respeitar a Constituição.

É claro que isto não obsta ao prosseguimento da política financeira do Governo Mário Soares/Mota Pinto que, como se sabe, é, tal e qual como a da «AD», uma política de desastre.

Há conclusões a extrair

«Avante!» — Finalmente quais os aspectos mais salientes da actuação do Grupo Parlamentar do PCP neste período de trabalho da Assembleia da República?

C. B. — Eu diria que o aspecto mais saliente da actividade do nosso Grupo Parlamentar foi o esforço que realizámos para que a Assembleia correspondesse às necessidades do País, às expectativas do nosso Povo, às aspirações das populações.

As urgências do Governo — todas voltadas para o prosseguimento da política de direita — nós contrapusemos as questões que carecem urgentemente de ser resolvidas, como os salários em atraso, os contratos a prazo, uma justa legislação para a extração e comercialização da cortiça, a revogação das taxas sobre a saúde, a criação do concelho de Vizela.

Com este objectivo apresentámos logo nos primeiros dias de trabalho da Assembleia 30 projectos de lei (até ao momento e só desde que a AR começou a funcionar, já apresentámos 110 projectos de lei),

e apesar da coligação governamental ter feito aprovar uma moção tendo em vista impedir a discussão de tudo aquilo que podia causar problemas ao Governo, fizemos todos os esforços para que fossem discutidos, inclusive, pedindo prioridade e urgência para o seu debate e votação, como aconteceu em relação aos projectos da cortiça e de Vizela.

Outro aspecto saliente da actividade do Grupo Parlamentar foi o desmascaramento a todo o momento da política do Governo PS/PSD como política de continuidade e em muitos aspectos de agravamento da política da «AD», e a demonstração documentada de como o PS defraudou a vontade do eleitorado expressa nas eleições de 25 de Abril e renege posições e compromissos que adoptou quando era oposição, como aconteceu por exemplo no caso da Lei de Delimitação dos Sectores, na legislação laboral, na legislação sobre o Poder Local, no caso de Vizela, no caso da Anop, e até no que respeita ao funcionamento da Assembleia da República.

Um terceiro aspecto saliente na actividade do nosso Grupo Parlamentar foi dar expressão, na Assembleia da República, às grandes lutas dos trabalhadores em curso defendendo a justeza das suas reivindicações, denunciando as delongas e as chantagens do patronato, condenando e combatendo os métodos usados pelo Governo, especialmente a utilização, com objectivos repressivos, de grandes contingentes policiais, como aconteceu na Lisnave.

Não temos dúvidas de que todos os verdadeiros democratas saberão extrair as devidas conclusões do que foi a experiência neste período de trabalho da Assembleia da República, e que isso contribuirá para o reforço da luta e da unidade na defesa das conquistas do 25 de Abril.

Poder local

A resposta do povo do Porto

Hoje nova jornada de luta contra aumentos brutais da luz

Há cerca de um mês, quando a Câmara do Porto tomou a decisão (com os votos contra do PS) de impedir aumentos brutais da energia eléctrica, fixando o kWh em 1\$40 até Janeiro e 1\$70 daí em diante e consagrando o princípio da negociação com o Governo de uma tarifa própria, a APU preveniu para as manobras e pressões do Governo e dos dirigentes e vereadores do PS, contra a Câmara do Porto. E alertou: «só a vigilância e a luta do povo do Porto podem defender e impor a aplicação estrita da resolução aprovada e deitar por terra novas ameaças».

Tudo isto se vem confirmando na prática: sucederam-se manobras de vários tipos, de que a vinda ao Porto de Mários Soares, a ida a Lisboa (conforme notícias nos jornais), de Paulo Valada e reunião-almoço deste com Mário Soares, Mota Pinto e Ernâni Lopes são exemplo.

A luta popular, por seu lado, conseguiu romper o cerco: em Gondomar, Maia, Gaia (cuja vereação confirmou na segunda-feira a decisão da Assembleia Municipal), em dezenas de freguesias, foram aprovadas propostas de solidariedade com a Câmara do Porto e no sentido da negociação com o Governo de uma tarifa própria.

O governo Mário Soares/Mota Pinto voltou, como era de esperar, à carga. Através do seu ministro (e ex-ministro de Marcelo Caetano) Veiga Simão, decretou novo aumento geral da energia (o terceiro deste ano!) para 7\$10, pressio-

nando para que no Porto a tarifa passe de imediato para 4\$67 (o que equivaleria a um aumento de 4 vezes mais, em relação ao actual preço de energia na cidade do Porto). Ainda na sequência desta portaria e a «título de mera eluci-

dação» as tarifas de Gaia passariam de 3\$63 para 6\$30, de Gondomar de 3\$52 para 6\$30, da Maia de 2\$67 para 7\$10, de Valongo de 2\$10 para 5\$37, de Matosinhos de 5\$37 para 7\$10...

Paulo Valada, considerando agora tal portaria de «competência legal do Governo» dispunha-se, ultrapassando a anterior deliberação da Câmara, a dar instruções os Serviços Municipalizados no sentido da sua aplicação imediata.

A concentração de segunda-feira

A APU e a Comissão de Luta por uma tarifa especial no Porto deram o alerta. Uma concentração teve lugar durante a reunião da Câmara na passada segunda-feira. Gritava-se: «O governo não comanda, a Câmara é quem manda». Exigiu-se que a Câmara não recue: «Valada escuta, o povo está em luta», «aumento da luz, não, tarifa própria, sim»,

«tarifa aumenta, o povo não aguenta».

Numa moção, entregue na altura à Câmara, os manifestantes exigem que «a Câmara respeite o compromisso já assumido de negociação de uma tarifa própria para a cidade do Porto que contemple a situação histórica e concreta existente, a vontade e justos anseios da população da cidade» e «manifestam o seu mais firme repúdio pelas pressões do Governo sobre a Câmara, para que esta aumente a electricidade para a tarifa nacional».

Na reunião camarária sucediam-se, entretanto, propostas que logo em seguida eram retiradas: manter ou não a anterior deliberação da Câmara, tentativas de esconder no aparente cumprimento legal o aumento brutal das tarifas e daí «lavar as suas mãos», ou outras mais elaboradas que visam a aproximação aos objectivos governamentais. No final se saberia que a Câmara adia ainda a sua decisão para a próxima reunião, hoje, pelo que

desde logo ali ficou marcada nova concentração popular.

Das posições ambíguas e secretos compromissos dos elementos do PS, PPD, CDS que, se por um lado pretendem cumprir as ordens do Governo, não querem, por outro, chamar a si o odioso dos aumentos, à posição clara e coerente da APU de defesa dos interesses da população, à força do movimento popular e da opinião pública portuense que rejeita novos aumentos e já afirma «não pagaremos», de tudo isto se faz a resistência à política de direita que agrava dia a dia as condições de vida do nosso povo. «Com Soares e Pinto, o povo aperta o cinto» foi uma das palavras de ordem gritadas na concentração de segunda-feira, traduzindo a crescente consciência popular dos objectivos e prática do actual Governo.

Por isso, as populações do Porto vão continuar na luta contra o aumento insuportável das tarifas, por uma tarifa própria adequada à realidade da região, justa e suportável.

BARRANCO DE CEGOS

ALVES REDOL

Edição especial ilustrada, em grande formato.

A melhor obra de Alves Redol e uma das grandes obras do neo-realismo

18 ilustrações do pintor Jorge Pinheiro



edições
Avante!

Concelho de Vizela de novo traído

PS/PSD rejeitaram na passada quinta-feira o recurso do PCP para discussão, com carácter de urgência, do projecto de lei de criação do município de Vizela.

A Direcção da Organização Regional de Minho, em comunicado, faz notar que é aqueles partidos que cabe de novo a responsabilidade do adiamento da resolução deste problema, e considera «despropositadas e ridículas» as acusações de demagogia feitas pelo sr. Carlos Lage ao PCP — quando justamente os factos demonstram

que só o PCP observa «o rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos» com o povo de Vizela.

A DORM recorda «a confiança e alegria com que o povo de Vizela saudou os resultados das eleições de 25 de Abril, aprovando a constituição do município»: foi a derrota da «AD» e a vitória de uma maioria democrática — também neste caso, uma vez que o PCP sempre fez sua a defesa dos interesses do povo de Vizela, e o PS, por seu lado, não foi peço no «Vizela a concelho» que lhe convेलo como *slogan*

durante a campanha eleitoral. Elementar seria que apoiasse uma tal reivindicação já nesta primeira fase dos trabalhos de nova Assembleia da República.

Muito ao contrário, e também contra Vizela, e foram os deputados do PS, e do PSD que decidiram limitar esta sessão da AR, agora finda, à mera aprovação de autorizações legislativas ao governo, num delírio anticonstitucional e de autoritarismo nem da «AD»... «Foi o presidente da AR (que é do PS) quem recusou agendar para

esta sessão o debate do projecto de lei sobre Vizela, obrigando o PCP a apresentar o recurso atrás referido e que também foi rejeitado pelo PS e PSD. É o sr. Almeida Santos, ministro e dirigente do PS, quem agora vem defender que a aprovação do município de Vizela só deve ser feita depois de «aprovar a lei-quadro da criação de novos municípios e efectivar eleições locais adia-das», retomando assim argumentos que a «AD» utilizou na anterior Assembleia da República para bloquear a criação do concelho.

A DORM recorda o que por Carlos Brito foi dito na AR ao defender em nome do PCP o recurso apresentado: a AR tinha «obrigação política e moral de reparar as ofensas e os erros que foram cometidos pela maioria AD na anterior Assembleia da República contra as populações de Vizela e de lhes fazer justiça». Tais ofensas e erros são agora, como se vê, retomados pela coligação PS/PSD. O PCP, porém, «não desistirá de continuar a pugnar pela urgente discussão e aprovação do seu projecto de lei».

Trabalhadores

Defesa das empresas do Estado

Começa amanhã campanha nacional

Confirmava-se antes do fecho desta edição o início amanhã da campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a defesa do sector empresarial do Estado. Uma comissão coordenadora do sector e a CGTP prevêem o fim da campanha para o dia 27 com um plenário das organizações representativas dos trabalhadores do sector, que inclui como se sabe a banca, os seguros, os adubos e os cimentos que o Governo pretende abrir ao grande capital privado.

Mantinhm-se entretanto anunciadas para os próximos dias várias movimentações, greves e outras formas de luta, incluindo a Segurança Social recentemente integrada na Função Pública com perda de algumas regalias e sem compensações suficientes. A Federação sindical do sector, ao mesmo tempo que denunciava o «desinteresse» da Secretaria de Estado da Segurança Social pela resolução dos problemas do sector, anunciava uma série de iniciativas junto de órgãos do poder para resolver questões levantadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que são em grande número na Segurança Social.

Mantinha-se entretanto anunciada a greve da RDP (24 horas no dia 20).

A Federação dos Sindicatos Ferroviários continuava anteontem as diligências no sentido de serem reintegrados rapidamente os ferroviários despedidos em consequência da greve da Páscoa convocada por sindicatos paralelos e divisionistas que entretanto anunciavam a realização de uma greve com os mesmos objectivos de reintegração.

Nas empresas com salários em atraso várias formas de luta continuam a mobilizar uma grande massa de trabalhadores afectados pela política do Governo.

Nos restantes casos é relevante a insegurança do emprego, a falta de pontualidade no pagamento dos salários e no

cumprimento da contratação colectiva em geral.

Essas e outras lutas têm, de um modo ou de outro, como objectivo central a melhoria dos salários e a manutenção ou aumento de regalias destinadas a enfrentar a carestia.

E o que sucede nomeadamente na RDP e em outras empresas referidas noutras páginas desta edição do «Avante!»

Escolas que não abrirão

Num comunicado do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa lia-se entretanto que algumas escolas «já neste momento», se não obtiverem «solução para os problemas com que se debatem, não abrirão no próximo ano lectivo». Pelo menos não abrirão «na data prevista para o seu início, com isso sendo prejudicados milhares de alunos».

O comunicado aprovado em 12 do corrente numa reunião promovida em Lisboa pelo SPGL e em que estiveram presentes «elementos sindicais», acrescenta que, a verificar-se a não abertura das escolas, «a responsabilidade caberá inteiramente ao Governo, aos sucessivos governos que nada têm feito para inverter a situação de degradação em que se encontram a generalidade das nossas escolas.

«Essa situação — acrescenta o comunicado — relaciona-se com a insuficiência e de-

gradação das instalações e do equipamento, com a falta de verbas, com as graves carências de pessoal administrativo e auxiliar, com o excessivo número de alunos por escola e por turma, com as deficientes condições de segurança que expõem as escolas a sucessivos assaltos e constantes danificações.

«Os professores presentes analisaram também a dificulda-

ção à elegibilidade de grande número de docentes e da falta de apoio de estímulos e de formação por parte do ME a esses órgãos directivos».

«Criminoso e antinacional»

«Criminoso e antinacional» é como representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado consideram a escalada contra as nacionali-

temente uma série de acções de esclarecimento da população por todo o país, mas com incidência especial em Lisboa e Setúbal, distritos onde como se sabe estão as sedes das maiores empresas nacionais pertencentes ao SEE.

A coordenadora das ORTs do SEE sublinhou especialmente o facto de em 1980 terem sido transferidos para o Orçamento Geral do Estado

cerca de 7,1 milhões de contos de lucros desse sector empresarial. Essa verba, que subiu espectacularmente nos últimos anos, foi de 12,8 milhões de contos em 1981. No ano seguinte previa-se que essa soma atingisse os 14,6 milhões de contos e em 1983 esses lucros deverão subir para mais de 32,7 milhões de contos, isto segundo o OGE do ano corrente.

Só no concelho de Famalicão

Três mil trabalhadores do sector têxtil com salários em atraso

Assume índices verdadeiramente preocupantes a situação que está a ser vivida pelos trabalhadores do sector têxtil, no Norte do País, registando-se como exemplo bem expressivo o caso das empresas do concelho de Famalicão.

Só nessa zona são cerca de três mil os trabalhadores com salários em atraso, situação que provoca graves problemas na vida de muitas famílias desses trabalhadores.

A luta pelo direito aos salários em atraso, pela defesa das empresas, motiva as consequentes tomadas de posição dos trabalhadores e respectivas organizações representativas.

Na Sotex (300 trabalhadores) a greve começou no dia 28 de Junho, tendo-se registado anteriormente paralisações na empresa, como forma de luta pela liquidação do subsídio de férias do ano passado e dos vencimentos dos dois últimos meses.

Também em luta pelo pagamento dos salários, os trabalhadores entraram em greve na empresa de fiação Vermoin (200 trabalhadores), unidade industrial que, juntamente com a Cárdes e a Citanex, pertence ao grupo Armando Ferreira Mendes. Aliás, também nestas duas últimas empresas os salários estão em atraso desde Maio.

Na Fiação e Tecidos da Carreira, bem como noutras empresas, os trabalhadores têxteis de Famalicão preparam novas fases de mobilização e luta, exigindo o pagamento dos salários.

Terra

Agricultura mais perto da falência

— alertam organizações de Santarém

Realizou-se no último domingo, na sede da Federação dos Agricultores do distrito de Santarém, um plenário de organizações da lavoura da região no qual participaram representantes das ligas, comissões de seareiros, cooperativas e ainda um dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

No decorrer da reunião — convocada para analisar a situação agrícola decorrente da actual política encetada pelo Executivo PS/PSD — os presentes aprovaram por unanimidade uma moção em que protestam contra os brutais aumentos dos factores de produção, agravamentos estes que consideram vir «acelerar o encerramento de mais empresas agrícolas e pecuárias no nosso distrito».

Reivindicando preços justos à produção e garantia de escoamento sobretudo para o vinho e a batata (mais de 40 por cento do vinho do distrito está por escoar enquanto a batata está a apodrecer) as organizações da lavoura de Santarém chamam a atenção, por outro lado, para a Junta Nacional do Vinho (JNV), Junta Nacional das Frutas (JNF) e Junta Nacional dos Produtos Pecuá-

rios (JNPP) para que estes organismos de coordenação económica cumpram a sua missão intervindo de forma feliz e em tempo oportuno.

O plenário exigiu ainda a prévia audição das organizações da lavoura sempre que haja a fixação de novos preços à produção. A este respeito, foi reivindicada uma nova tabela para o tomate com a abolição da que está em vigor e a publicação de portarias que contemplem os preços de intervenção para o fígado da campanha de 83 e para o melão, definindo para este último o preço de 17\$30 por quilo.

As dívidas da indústria para com os agricultores, foi outra questão levantada pelos presentes, tendo estes exigido o seu pagamento imediato tanto mais que a «Hortimar» deve aos seareiros cerca de 30 mil contos.

Os participantes salientaram ainda ao longo das suas intervenções a necessidade da concessão de «apoio técnico de qualidade, oportuno e gratuito» para todos os interessados e uma nova definição da política de crédito com taxas de juro acessíveis aos pequenos e médios agricultores.

Lavoura de Chaves e Vila Real contra aumentos

«Mais uma machadada na lavoura» de que adverte a «rápida asfixia de milhares de agricultores e o estrangulamento da produção agrícola nacional», assim classificam as Ligas dos Agricultores de Chaves e de Vila Real, os recentes aumentos dos factores de produção decretados pelo Governo PS/PSD.

Depois de recordarem que houve tipos de adubos que registaram aumentos de 85 por cento e que as rações chegaram a atingir os 600 escudos em saco, aquelas organizações da lavoura interrogam-se sobre «quem pode trabalhar as terras?» com tais subidas de preços, para concluir que com um ano agrícola tão mau como o presente muito em breve se farão sentir as consequências

desastrosas desta política.

Depois de enumerarem algumas situações lesivas dos interesses dos agricultores como o não pagamento das indemnizações pelas geadas de Maio de 1982, a não reposição do subsídio do gasóleo, o não pagamento do leite ao mesmo preço do litro, o corte de créditos e subsídios aos agricultores e o não escoamento dos principais produtos, as Ligas consideram que «não se pode pedir mais sacrifícios aqueles que muitas vezes vêem os seus produtos a apodrecer por falta de escoamento ou são obrigados a vendê-los ao desbarato», salientando que o governo «não pode pedir mais trabalho a quem já o faz de sol a sol, sem feriados e sem férias».

Preços do leite à produção são preços de ruína

Os novos preços do leite à produção são considerados inaceitáveis pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) por, no seu entender, esse valor ser reclamado pelos produtores muito tempo antes do último brutal aumento dos preços das rações.

Com efeito, o preço de 26\$50 por litro para o leite de classe A, 24\$50 para a classe B e de 5\$00 para a classe C, são valores que em face dos recentes aumentos dos factores de produção se mostram manifestamente insuficientes, mas chegando para custear as despesas.

No comunicado da sua direcção em que torna pública

esta posição a CNA protesta também contra o facto de a lavoura uma vez mais não ter sido ouvida antes dos «enormes aumentos de preços em produtos essenciais para a actividade agrícola».

Depois de se insurgir contra a actividade do Governo que insiste em continuar surdo às reclamações dos agricultores ao contrário do tão prometido diálogo que manifestara de início, a CNA lembra que para enfrentar e resolver a grave crise da agricultura o único caminho é o do «diálogo sério e permanente entre as legítimas representações dos agricultores e os órgãos do Poder».

Nacional

Reformados em festa

Para assinalar o 9.º aniversário da Associação de Reformados de Lisboa realizam-se nos dias 30 e 31 actos comemorativos na sede da Associação, Alameda D. Afonso Henriques, 72, 2.º Esq. em Lisboa.

No domingo, 31, haverá uma sessão solene de encerramento, aberta a todos os amigos da Associação e para a qual estão a ser convidados personalidades da vida democrática, organizações de reformados e movimento sindical. No dia anterior, sábado, realiza-se um almoço-convívio, com um número de inscrições limitado — pelo que é de toda a conveniência que quem queira participar nele se inscreva com a maior brevidade. Também para este almoço foram dirigidos convites a numerosas organizações e personalidades ligadas à Revolução de Abril e à luta pela liberdade e a democracia.

Diz a Inter ao Governo Diálogo não é repressão

A Central sindical unitária que, no seguimento dos encontros com o Governo PS/PSD viria a reunir-se com os ministros do Trabalho e das Finanças, declarou em conferência de imprensa que «o Governo não responde às reivindicações apresentadas pela CGTP-IN».

Publicadas em pormenor na imprensa diária essas reivindicações integram (e em alguns casos quantificam) os 22 pontos aprovados pelo IV Congresso da Central.

Quanto à «institucionalização do diálogo social» que o Governo actual diz querer impor, o conselho nacional da CGTP, na conferência de imprensa de quinta-feira passada, declarou que «não é por falta de instrumentos» que esse diálogo «não se tem concretizado» de modo eficaz.

Disse o conselho nacional que a própria Constituição determina a institucionalização do «diálogo dos órgãos do Poder com as organizações de trabalhadores».

Mas facto indiscutível é que esse diálogo não teve efeitos práticos. «Toda a política dos governos anteriores foi decidida e aplicada à margem do diálogo com a CGTP-IN, contrariando as suas posições, afrontando os interesses e direitos dos trabalhadores».

Idêntica conduta está a ser seguida pelo actual Governo, sublinhou o conselho nacional da Inter que enumerou algumas das medidas já adoptadas pelo Governo PS/PSD.

O conselho nacional cita a desvalorização do escudo, a escalada dos preços, o aumento dos combustíveis, a suspensão dos investimentos no sector público, que têm «como

consequência imediata o aumento da dívida externa, a quebra do investimento e o agravamento do custo de vida».

A respeito dos instrumentos de diálogo, o conselho nacional refere «órgãos e instâncias do Estado» que caracterizam um dos «aspectos mais salientes da nossa democracia», mas que, «à margem dos preceitos constitucionais, os sucessivos governos têm tomado medidas deliberadas no sentido de não darem cumprimento ao direito de participação prática dos representantes dos trabalhadores nesses órgãos e instâncias».

O conselho nacional da Inter cita alguns desses órgãos como o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, os juizes sociais nos tribunais de trabalho, a direcção do Inatel, os gestores eleitos pelos trabalhadores, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o

Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Diálogo não é repressão

A CGTP, que apesar de tudo «persistirá na concretização das reuniões com o Governo», segundo comunicado entregue na conferência de imprensa do dia 14, tentará resolver pela via do diálogo os problemas dos trabalhadores. A CGTP, que não se considera «satisfeita com os resultados dos contactos com o Governo» sublinha o caso da Lisnave e denuncia a ocupação policial da empresa ocorrida nesse mesmo dia.

A Inter, através do seu conselho nacional, órgão máximo entre congressos, condena neste Governo «a decisão de abrir ao grande capital a banca, os seguros, os cimentos e os adubos, de alterar a legislação laboral e de restringir os

direitos de negociação colectiva dos trabalhadores da Função Pública», o que configura «o agravamento dos efeitos da política da AD» e procura «concretizar objectivos que foram travados pela luta dos trabalhadores».

Ao mesmo tempo — refere ainda o conselho nacional da CGTP — «o Governo PS/PSD, confrontado com o descontentamento popular e a justa luta dos trabalhadores contra a política que degrada as suas condições de vida e agrava os problemas do País, pretende restringir os direitos e liberdades dos trabalhadores. É esse o objectivo que se pretende atingir com a regulamentação da lei da greve e a liberalização dos despedimentos e é esse o sentido das ameaças do ministro da Administração Interna pondo em causa os direitos de reunião e manifestação, constitucionalmente consagrados. A repressão

desencadeada esta madrugada contra os trabalhadores da Lisnave é outra faceta grave da actuação do Governo».

O órgão dirigente da Central, depois de sublinhar que considera mais importante a resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, «tão logo os imediatos como os de médio prazo», do que «a criação de novos aparelhos ou instituições» recorda que o Governo, entre as reivindicações apresentadas, apenas deu a certeza de que uma seria de regra, a saber: a participação da CGTP-IN no controlo dos dinheiros do Fundo do Desemprego.

É pouco ou quase nada, diz a Inter, que faz um apelo aos trabalhadores para que participem na defesa dos seus direitos e apoiem consequentemente os 22 pontos aprovados no IV Congresso da CGTP.

Gestor eleito na UBP

A União de Bancos Portugueses, a partir de 30 do corrente, data da votação, passou a dispor de um gestor eleito pelos trabalhadores. De acordo com a Lei 46/79, com os Estatutos da CT (de âmbito nacional) e com o regulamento eleitoral aprovado em 20 de Maio findo, a CNT publicou no dia 11 de Julho os resultados por listas candidatas (A, B e C). Foi eleito por 2774 dos 4358 trabalhadores da UBP em todo o país o representante Anselmo José Dias. Votaram na lista A 515 bancários (Sul e Ilhas) e 437 (Norte), na B 659 e 217; e na C 134 e 502, respectivamente. Brancos (106 no Sul e Ilhas e 235 no Norte) e nulos (44 no Sul e Ilhas e 31 no Norte) somados às abstenções (888 no Norte e 696 no Sul e Ilhas) perfazem um total de 1584 votos num total nacional de 4358 trabalhadores. Para apuramento e conferência finais, foi convocada uma reunião da comissão eleitoral.

Segundo a comissão nacional de apoio à candidatura da lista A (Anselmo José Dias) os trabalhadores votaram «contra a banca privada; pela defesa da banca nacionalizada; pela

consolidação da UBP; pela garantia dos seus postos de trabalho; e por uma nova política económica e social».

Pela banca nacionalizada

«Colocar os bancos ao serviço do desenvolvimento económico e social; vencer a crise; defender a democracia; garantir os postos de trabalho, as carreiras profissionais, as reformas e pensões» são por seu turno objectivos apontados pelo *Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP* que, num comunicado sob o título «dois exemplos; um de dignidade, outro de corrupção» cita o conselho de gestão do BESCL e o caso da dívida de Sá Carneiro, reclama a adopção de uma política que «combata a corrupção e a gestão incompetente; proceda à reestruturação da banca nacionalizada; substitua os gestores corruptos, incompetentes, que actuam contra as nacionalizações e prejudicam o país; dê posse aos gestores eleitos pelos trabalhadores; e respeite o direito do controlo de gestão».

A dança dos milhões

Oito instituições financeiras, apenas com 40 milhões de contos de capital próprio, conseguiram deter, em 1982, 1166,5 milhões de contos de depósitos, ou seja de capital alheio, o que equivale a 29 vezes mais que o capital próprio dessas oito empresas financeiras nacionalizadas.

O crédito que concederam a partir dessa soma total foi 25 vezes superior àquilo que possuíam essas instituições bancárias que são o Borges & Irmão, o Totta & Açores, o Nacional Ultramarino, Banco do Fomento Nacional, Crédito Predial Português, a União de Bancos Portugueses e a Sociedade Financeira Portuguesa.

Estes elementos, revelados pela CGTP-IN com base num estudo do respectivo gabinete, refere ainda que o «cash-flow», designação que cobre «os lucros líquidos, amortizações e provisões» é e tão como excelente indicador de capacidade financeira das oito instituições financeiras estudadas, atingiu, «só na-

quele ano, os 21,3 milhões de contos».

O estudo, que não inclui a Caixa Geral de Depósitos, assinala que, em 31 de Dezembro de 1982, o crédito concedido por essas empresas financeiras era de 997,7 milhões de contos, soma pela qual arrecadaram 202,3 milhões de contos.

«Pelos depósitos recebidos tiveram de pagar só de juros (os mesmos bancos) uma quantia de 185 milhões de contos», sunlinha o GE da CGTP.

Enorme poder

Referindo-se aos mesmos bancos o GE da Inter conclui afirmando:

Estes dados revelam o enorme poder que a banca permite concentrar e dominar por aqueles que a possuem. Nesse sentido, a CGTP-IN conclui que a abertura da banca ao capital privado vai necessariamente provocar o desvio de importantes fatias, quer de créditos concedidos, quer de depósitos para bancos privados, de-



(21,5 milhões de contos em 1982 nas referidas instituições financeiras) são pagas fundamentalmente com o saldo da diferença entre juros cobrados e juros pagos. Ora, a abertura da banca ao capital privado vai necessariamente provocar o desvio de importantes fatias, quer de créditos concedidos, quer de depósitos para bancos privados, de-

terminando assim uma redução significativa das receitas do sector nacionalizado.

Como, a par das despesas com pessoal, existem ainda outros custos fixos, a menos que sejam despedidos trabalhadores, não será difícil apreciar em que medida a abertura da banca ao capital privado, afecta os trabalhadores bancários.

Internacional

Política externa Para onde vamos?

Intensa actividade tem vindo a ser desenvolvida, a nível de política externa, pelo actual governo PS/PSD. O que em si nada teria de negativo. Mas que tipo de política externa se está a concretizar?

Um primeiro aspecto que nos parece importante salientar é que existe uma necessária conexão entre a política que se pratica a nível internacional e a que se vai concretizando a nível interno. Basta lembrar que uma política tão gravosa para os interesses dos trabalhadores, como a que vem sendo aplicada por Reagan ou Thatcher, com profundos cortes nas despesas sociais, é acompanhada da defesa em teoria, e correspondente prática, da corrida aos armamentos.

Em Portugal as coisas não correm de maneira diferente. De um governo que leva a repressão a Lisnave, contra trabalhadores que protestam contra o não-pagamento dos seus salários, não é de esperar que no plano externo cumpra os preceitos constitucionais que apontam, nomeadamente, para a defesa da paz.

Não por acaso foi salientado por um trabalhador na Lisnave, quando a península de Setúbal se encontrava ocupada por forças policiais que, se não havia dinheiro para pagar salários, podia-se entretanto dispor de 40 milhões de dólares para a compra de equipamento militar.

Acresce que na nossa realidade nacional pesa a dependência em relação ao imperialismo, dependência retomada pelos governos PS e AD. E temos esse facto vergenhoso — e despididamente defendido, como coisa perfeitamente natural — que é a troca de partes de território nacional, de «facilidades» crescentes em bases militares, acarretando mesmo perigo de sobrevivência nacional, por «contrapartidas» de ordem económica. O esforço de condicionamento das novas estruturas económicas do país, fruto da revolução de Abril, às exigências da CEE. E muitos outros.

A política externa que está a ser seguida pelo governo PS/PSD não é uma política nova. É uma política velha. O que, para além da gravidade de compromissos e medidas que estão a ser tomadas, representa um profundo desrespeito pela vontade popular que também nas urnas exprimiu o seu repúdio pela política da AD.

Uma política velha, uma política de continuidade tão evidente que muitas vezes os seus executores são os mesmos. Basta citar o caso das negociações em torno das Lajes, que tal como antes continuavam a ser orientadas, da parte portuguesa, por Calveti Magalhães. Ou ainda o actual acordo com o FMI, acordo que começou a ser preparado por Cavaco e Silva, com o governo AD.

Uma política velha em que se manifestam mesmo tendências para um possível agravamento.

Mísseis em Portugal? É possível...

O facto é conhecido. Em entrevista à Rádio Renascença, o sr. António Campos afirmou concordar «com a instalação de mísseis da NATO» em Portugal, que eles forem fundamentais para a manutenção da segurança do Ocidente, a que nós pertencemos».

Ora acontece que o sr. António Campos dificilmente poderá falar em nome pessoal. Como justamente foi salientado pelo «Movimento Não às Ar-

mas Nucleares», em comunicação à imprensa, «uma tal tomada de posição alarmante para a opinião pública portuguesa, reveste-se da maior gravidade pelo facto de o sr. António Campos ser secretário-adjunto do primeiro-ministro, para os assuntos políticos», pelo que se é levado a concluir «que a gravíssima declaração do sr. secretário de Estado, António Campos, reflecte na realidade o pensamento político do sr. primeiro-ministro, Dr. Mário Soares, acerca de questão de tão grande perigo para a independência, a soberania e a segurança de Portugal».

Claro que quanto a esta questão vital para todos nós, as posições oficiais estão longe de assumir tal clareza. Pelo contrário. Pisa-se e repisa-se a afirmação de que o problema de armas nucleares em Portugal não se põe, ou não está na ordem do dia. Nesta como noutras questões vitais para o país, a ambiguidade é o lema do governo. Porque, claro, quando uma política é anti-popular, convém mantê-la o mais longo possível dos olhos e do conhecimento dos trabalhadores — assim se afasta a discussão de problemas que a todos nos dizem respeito.

Mas se o governo vai dizendo que o problema das armas nucleares no nosso país não se coloca, os factos — e os factos são determinantes — indicam-nos que sim, que se coloca.

Senão, vejamos. Apenas alguns exemplos.

- Como todos sabemos vai-se tornando coisa corrente a passagem de submarinos atómicos norte-americanos pelo Tejo. Estes submarinos transportam verdadeiros arsenais nucleares e a sua presença não é aceite em muitos portos de países da NATO. Mas vêm ao estuário do Tejo. O que significa trânsito de armas nucleares pelo nosso país. Que acordos há por detrás disso?

- O futuro da base de Beja tem vindo a ser de há muito negociado. É questão de há muito conhecida. Não porque a nível oficial surja qualquer esclarecimento, mas porque há imprensa e sobretudo há um crescente movimento da Paz no nosso país, que se empenha no esclarecimento e mobilização da opinião pública para que Portugal não venha a ser alvo nem base de armas nucleares. Ora o que está em causa é a possibilidade de a base de Beja passar a servir de base de apoio às Forças de Intervenção Rápida norte-americana (FIR). O que significa, linearmente, a possibilidade de instalação de armas nucleares (aliás também químicas) em Beja. Isto porque as FIR detêm essas armas.

E pelos vistos as negociações até já estarão em estado avançado, se tivermos em conta as recentes declarações de Jaime Gama ao «Diário Po-

pular», onde se afirma que o governo aguarda a formalização do pedido.

Para melhor compreensão do que é a actual política do governo de Mário Soares, vale a pena retirar duas frases de uma entrevista de Jaime Gama a «El País», onde se afirma que a política externa portuguesa «deve ser concedida de maneira mais pragmática, e mais utilitária, menos ideológica», e ainda que «A NATO e os acordos com os Estados Unidos para utilização de bases e outras facilidades em Portugal são um banco de ensaios para este novo pragmatismo em relação à Aliança Atlântica».

«Pragmatismo» — que de novo não tem nada — que no fundo significa a alienação de território nacional (mantendo na ignorância o mais directo interessado, o povo português) a troco de «contrapartidas» económicas.

É isso mesmo que está a ser discutido em relação às Lajes, numa reunião em Lisboa que terminará este sábado. O «acordo técnico» entre Portugal e os EUA, não é verdadeiramente «técnico» mas sim muito político. Por exemplo: inclui a especificação das facilidades concedidas e modalidades de utilização. Mais, a revisão surge como necessária também «pela nova situação constitucional portuguesa», como vem especificado na imprensa. O que quer isto dizer?

Igual «pragmatismo» no que respeita à base francesa das Flores. O acordo actualmente existente expira em Janeiro de 84. O que está em causa é o «aumento de contrapartidas». E o que é dado em troca desse aumento! Não se sabe, claro.

E tudo isto se passa num país em que mais de 80 por cento da população se pronuncia contra a instalação de armas nucleares.

Estão em causa neste momento «a capacidade de conduzir o processo de modernização das estruturas económicas e a própria configuração do regime democrático em Portugal». Estão também em causa «sobretudo, problemas globais de segurança para o conjunto das democracias ocidentais». São afirmações do ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes, na 14.ª reunião de ministros da CEE agora realizada em Bruxelas. Afirmações de que se desprende o conteúdo político — e em que são postas em causa conquistas fundamentais da revolução de Abril — desse objectivo n.º 1 do governo que é a adesão à CEE.

Uma política que tende a agravar mais ainda a já difícil situação económica portuguesa, como o exemplo de outros países, e em particular o grego, testemunham.

Nesta mesma lógica se insere o acordo em preparação com o FMI. Conforme já foi divulgado pelos diversos órgãos de informação, o empréstimo de 300 milhões de dólares vem paralelamente a uma carta de intenções que incluirá novas restrições ao crédito, maior contenção das despesas públicas. O que significa mais desemprego, maior número de falências, redução do investimento, agravamento das condições de vida da população.

É a receita do FMI, a receita do grande capital internacional.

O regresso de Kissinger tem por alvo a América Central

Henry Kissinger voltou ao primeiro plano da política norte-americana na passada segunda-feira, ao ser nomeado por Ronald Reagan para presidir à nova comissão bipartidária que o deverá aconselhar sobre as questões relacionadas com a América Central.

A notícia espalhou-se pelo mundo justamente quando os apologistas dos «bons velhos tempos» dos Estados Unidos começavam a desesperar, face aos sucessivos fracassos do país frente à Nicarágua ou El Salvador, onde a guerra se arrasta sem vislumbre de vitória para o imperialismo. Havia que chamar um especialista quanto antes. E quem melhor do que Kissinger para, como afirmou Reagan, «assentar as bases de uma solução nacional unificada a longo prazo, até à conquista da liberdade e da independência dos países centro-americanos?».

Quem melhor do que Kissinger, que durante anos e anos percorreu o mundo feito caixeiro-viajante da diplomacia norte-americana, aplicando a sua política de «pequenos passos», espalhando sorrisos e falando de desanuviamento, enquanto semeava a discórdia, comprava e corrompia os elos mais fracos dos regimes que não agradavam a Washington?

Quem melhor do que Kissinger para dirigir os estudos da estratégia dos EUA para a América Central, aproveitando a sua enorme experiência de

trabalho conjunto com a CIA que tão bons resultados deu no derrube do governo de Unidade Popular no Chile e no assassinio de Salvador Allende?

Ao formar a comissão bipartidária (com representantes republicanos e democráticos) Reagan quer que se trabalhe bem e depressa. A Comissão deve apresentar as suas recomendações até ao fim do ano e elas devem incidir «principalmente sobre o que os Estados Unidos devem fazer nos próximos anos para enfrentar os problemas latentes na região».

Os Estados Unidos devem trabalhar — disse ainda Reagan — para que as incipientes democracias do continente tenham um futuro melhor, de modo a que o nosso próprio futuro seja mais seguro.

Tamanha preocupação do vizinho do norte não deixaria sem dívida de comover os países latino-americanos se não fosse o mau exemplo dado pelos países onde ela mais se faz sentir. Como o Chile, as Honduras, a Guatemala, Salvador, o Uruguai, etc. E também se não se subisse como Kissinger com o seu sorriso bonacheirão é apologista de medi-

das radicais, como muitas das que tomou respeitantes a diferentes pontos do mundo enquanto presidiu ao Conselho de Segurança Nacional de onde foi afastado por Gerald Ford quando o escândalo do envolvimento da CIA no Chile

isolamento e derrube do regime sandinista na Nicarágua e a derrota dos patriotas guerrilheiros em El Salvador. Mas nunca é demais confirmar, como o fez recentemente o insuspeito «New York Times», que revela a minuta do projec-

to e navais nas Honduras, o prosseguimento dos ataques contra a Nicarágua e um aumento de 40 por cento da ajuda militar às «nações aliadas da América Central» no próximo ano.

O projecto contempla ainda a participação da CIA na realização de um plano que visa, para além de outros objectivos, desencadear uma estratégia diplomática que isole o governo de Manágua e crie condições para uma eventual participação de militares norte-americanos no conflito.

A criação da comissão bipartidária e a sua entrega a Kissinger não podia pois vir mais a propósito. Para quem viajou pela África, Médio Oriente, Europa e América Latina sempre que de algum modo os «interesses vitais» dos Estados Unidos estiveram ameaçados, a presente tarefa não apresenta dificuldades de maior.

O que não significa que Kissinger tenha sucesso onde tantos outros falharam. É que hoje os sorrisos e as promessas de coexistência pacífica do autor de «A restauração do mundo» já não enganam ninguém. E, apesar de tudo, os tempos hoje já não são os mesmos de quando Kissinger se tornou, no dizer de Victor Marchetti, antigo responsável da CIA, em responsável moral «por muitos crimes perpetrados em nome dos Estados Unidos».



se tornou demasiado incómodo.

Não é segredo para ninguém que os planos de Reagan para a América Central passam pelo

to aprovado em 8 deste mês pelo Conselho Nacional de Segurança. Af se referem entre outras coisas, as obras de ampliação das instalações aéreas

Imposições do FMI ao Brasil agudizam luta de classes

A decisão do Banco de Pagamentos Internacional (BPI) de não conceder novas moratórias ao Brasil para o pagamento de uma dívida de 400 milhões de dólares que venceu no passado dia 15, provocou a maior surpresa naquele país onde nos últimos dias se vive num clima de intensa agitação social.

A medida, tanto mais insólita quanto é facto que desde Janeiro se têm registado atrasos nos pagamentos das dívidas brasileiras sem que até agora os credores tenham forçado a declaração de falência, surge num momento em que as autoridades brasileiras negociam um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e enfrentam, por outro lado, as reivindicações salariais de amplos sectores da classe operária.

A gravidade da situação económica brasileira, cuja dívida externa ascende a 100 bilhões de dólares, reflecte-se com toda a cruza nas condições de vida da população em geral. Com uma inflação superior a 100 por cento e o cruzeiro em constante desvalorização, sobreviver no Brasil é cada vez mais difícil; nem a pequena e média burguesia escapam já à crise que não pára de avolumar-se.

É neste contexto que se inserem as importantes paralisações verificadas nas duas maiores refinarias de petróleo do Brasil no princípio do mês, entre outras, e o anúncio de uma greve geral para hoje que conta com a adesão do importante sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo e mais de 150 sindicatos e Federações. E neste contexto que se inserem também as ocupações pela polícia brasileira dos sindicatos dos trabalhadores de petróleo de Paulina e Baía e dos metalúrgicos de S. Bernardo do

Campo, o encerramento da Rádio Bandeirantes e a entrada em prevenção das tropas do Segundo Exército, com sede em São Paulo. Perante uma tal situação, seria ingenuidade pensar que a decisão do BPI de anunciar a não concessão de novas moratórias para o pagamento da dívida foi inocentemente ditada pelo desejo de receber. Como se sabe, mesmo que um país entre em falência os seus credores não podem reparti-lo e levá-lo para casa. O mais que podem fazer é cortar futuros créditos, o que deixará o país devedor sem possibilidades de fazer compras no estrangeiro, com todo o rol de consequências internas que daí podem advir. Sem petróleo, sem todos os produtos de primeira necessidade para o seu consumo interno, um país nestas condições viveria sem dúvida terribles dificuldades, com falências em série, fome, desemprego, etc., a um nível inimaginável. Nunca tal situação ocorreu. Porquê então esta súbita

pressão dos credores do Brasil? Não será certamente por ignorância dos que forçaram agora o Banco do Brasil a reconhecer publicamente a sua incapacidade para reembolsar a dívida que venceu em 15 de Julho. É do domínio público que no terceiro trimestre de 1982 as reservas de ouro do Brasil eram de 2,18 milhões de onças.

A exiguidade daquele montante torna-se mais clara se se souber, por exemplo, que no mesmo período as reservas de Portugal eram de 22,11 milhões de onças de ouro!

Assim sendo, é-se levado a concluir que a decisão do BPI não passou de uma manobra de pressão sobre o governo brasileiro de modo a forçá-lo a aceitar as gravosas condições impostas pelo FMI em troca de

dos militares no sentido de acabar com o incipiente processo da «abertura democrática» e de retorno ao regime ditatorial sem disfarces.

Neste âmbito se enquadravam as medidas repressivas tomadas contra trabalhadores das refinarias de petróleo, despedidos às centenas, e mesmo a prisão de dirigentes comunistas, incluindo o secretário-geral, que procuram a legalização do PCB. O amplo movimento de protesto gerado em torno dessas prisões foi no entanto de tal ordem que acabaram por ser postos em liberdade, embora ainda sujeitos a julgamento por alegadas actividades ilegais.

De tudo isto se infere a complexidade da situação que se vive no Brasil, cujo regime se encontra bem no meio das



Coreia, há 30 anos foi o armistício

• Novos perigos hoje

Há 30 anos, em 27 de Julho de 1953, foi assinado o armistício que pôs fim à guerra da Coreia. As sequelas ficaram: um país que permanece dividido. A ocupação militar de facto dos EUA, e uma política repressiva no Sul. Por isso, e porque hoje também o imperialismo tenta alcançar, pelos mesmos velhos métodos, os objectivos que nos anos 50 não conseguiu obter — assinalar esta data está longe de assumir um carácter histórico. Trata-se antes de um problema de grande actualidade. Daí a razão do mês de solidariedade com a luta do povo coreano e pelo fim da presença militar norte-americana no Sul, que em todo o mundo, e também entre nós, está a ser comemorado.

MacArthur, ex-comandante das forças militares norte-americanas no Extremo Oriente, expressou-se de forma particularmente clara quanto aos objectivos do imperialismo nesta zona do mundo. «Se não conseguem deter o avanço do comunismo no Extremo Oriente eles (os norte-americanos) não conseguirão conquistar nem a Europa nem a Ásia» disse, num registo conservado em memórias diplomáticas sobre a ocupação do Japão. E ainda «O futuro da Europa depende de se os Estados Unidos ganham ou perdem

vos e trabalhadores de todo o mundo.

Weinberger, secretário da Defesa dos Estados Unidos, afirmou há apenas alguns meses, em Fevereiro de 83, que a Coreia do Sul e a Europa constituem «a primeira linha da estratégia norte-americana». Um «privilegio» que qualquer povo dispensa de bom grado...

A concretização prática de tais conceitos tem levado a um agravamento ímpar da situação nesta zona do mundo. O governo da

República Popular Democrática da Coreia (RPDC) considera mesmo que «a situação criada na península coreana é semelhante à dos anos 50, quando os imperialistas norte-americanos desencadearam a guerra de agressão contra a Coreia».

Vale a pena referir alguns dos factos salientados pelo governo da RPDC.

- Após a realização dos exercícios militares conjuntos «Team Spirit 83», foi

mudado o centro de disposição estratégica da 7.ª frota norte-americana para leste da Coreia, concentraram-se armas de agressão na Coreia do Sul, incluindo aviões de modelo sofisticado e submarinos nucleares, os aviões de espionagem «SR-71» violam sistematicamente o espaço aéreo da RPDC.

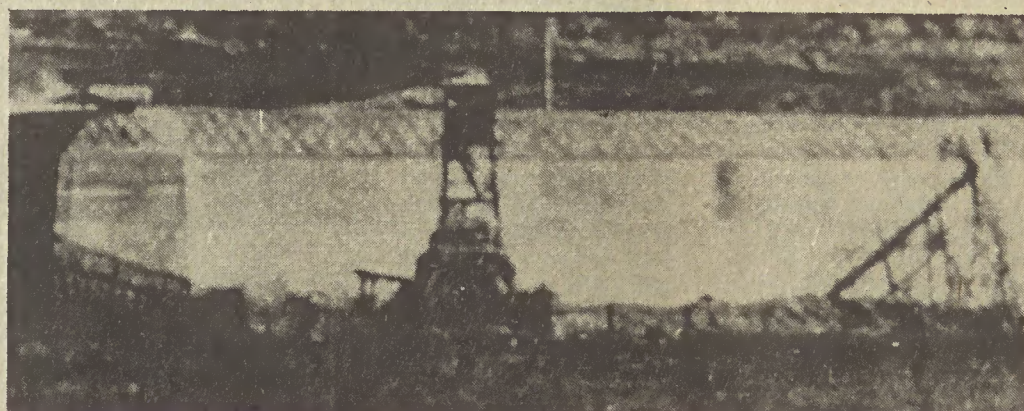
- O governo-fantoches da Coreia do Sul realizou exercícios de «Aniquilamento do Comunismo-83», engloban-

do mais de três milhões e meio de soldados. Paralelamente elaborou leis destinadas a ampliar o recrutamento militar, incluindo mulheres.

- Acelera-se a formação da aliança militar entre os Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

- Na Coreia do Sul estão instalados mísseis nucleares de médio alcance, Pershing, Cruzeiro, bombardeiros estratégicos «B-52», bombardeiros de combate «F-16» e outros meios de agressão.

A situação assim criada justifica amplamente o alerta que se insere no memorandum de Abril da República Popular Democrática da Coreia, em que se afirma: «Se a guerra na Coreia é desencadeada, não se limitará a uma guerra regional, facilmente se estenderá a todo o mundo. O povo coreano não deseja que a humanidade sofra a calamidade de outra guerra mundial, de uma guerra nuclear, com origem numa guerra na Coreia».



O muro que divide a Coreia — símbolo da intervenção norte-americana

novo crédito. Condições que passam por novas medidas de austeridade no país, entre as quais a restrição aos aumentos salariais, justamente uma das razões dos conflitos laborais registados nos últimos dias.

Aquela medida, tomada pelo presidente Figueiredo antes de abandonar o Brasil a caminho dos Estados Unidos onde foi submetido a uma intervenção cirúrgica para desobstrução de válvulas cardíacas, permitiu juntamente com outras que o FMI desbloqueasse 411 milhões de dólares de um crédito de 4,5 mil milhões.

O Brasil numa encruzilhada

Sabendo-se que as exigências do FMI passam por profundas alterações (leia-se agravamentos) da política salarial, cortes dos subsídios à agricultura e à indústria e redução das despesas das empresas estatais, e tendo em conta o comunicado do Fundo em que se afirma «bastante encorajado, após as últimas medidas anunciadas pelas autoridades brasileiras», é de crer que a situação social será substancialmente agravada no Brasil, o que de modo algum contribuirá para a desobstrução dos problemas laborais.

Exigir que os trabalhadores brasileiros apertem ainda mais o cinto não será fácil nem pacífico. Daí que haja já quem fale de uma possível intervenção

pressões do capitalismo internacional e do movimento de massas cada vez mais forte, sem possibilidades de conciliar os interesses de ambas as partes.

Esta encruzilhada, que pode levar ao recrudescimento da ditadura ou ao derrube do regime, representa curiosamente o ponto de ruptura comum aos vários regimes militares da América Latina que ascenderam ao poder com o auxílio dos Estados Unidos e do capital internacional. A sua interdependência atingiu um tal ponto que se por exemplo a Argentina, O Brasil, o Chile, a Venezuela ou o México suspendessem o pagamento das suas dívidas, os principais bancos da Wall Street iriam à falência, uma vez que emprestam recursos superiores aos seus activos líquidos.

Orá se a falência de tais impérios imperialistas não parece de modo algum iminente, o mesmo não se pode dizer da esmagadora maioria da população dos países em divida. Como vai o Brasil vencer a sua crise interna, a maior de sempre, agravada ainda por cima com as secas e cheias que têm assolado o país, é uma questão para a qual todas as respostas poderão ser prematuras.

Uma coisa é certa porém. Não haverá solução possível que não passe pela unidade na luta dos trabalhadores e da classe operária brasileira.